



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA N.º 2/2025

Sessão Ordinária Pública, de 29 de abril de 2025

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PSD);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PSD);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PSD);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria Conceição Martins (PS);
- Elsa Maria da Cruz Ribeiro (PSD);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CHEGA);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PSD);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);

- Muriel Cristina Dias Neto (PSD);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PSD)
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PSD);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PSD);
- Virgílio António Horta (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Emílio José Domingos Campos (Em substituição);
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe (PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins (PS).

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelas vinte e uma horas e cinco minutos. -----

--- Começou por cumprimentar a Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais e presidentes de junta de freguesia, o público presente e os que assistiam àquela Assembleia Municipal através das redes sociais do Município, os funcionários da biblioteca, o secretariado de apoio ao funcionamento, os técnicos de informática, de som e de imagem.-----

--- Informou que quanto à transmissão via Internet das reuniões dos órgãos autárquicos, de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional da Proteção de Dados (CNPd), o público presente e os colaboradores do Município que estavam a apoiar os trabalhos da Assembleia Municipal teriam de prestar uma autorização expressa. -----

--- Disse que naquela sessão tinham três (3) pedidos de substituição, das deputadas municipais Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe que tinha sido substituída por Elsa Maria Cruz Ribeiro, Gisela



Sofia Viegas substituída por Elsa Maria Conceição Martins, do Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalves Diogo substituído por Virgílio António Horta e a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins que se tinha feito substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Emílio José Domingos Campos.-----

--- Solicitou à **Primeira-Secretária, Deputada Municipal Maria Margarida Flores** que procedesse à chamada. -----

Presenças: Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria Conceição Martins, Elsa Maria da Cruz Ribeiro, Emílio José Domingos Campos, Gonçalves Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias Neto, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Sónia Margarida Correia Tomás.-----

--- O Deputado Municipal Virgílio António Horta entrou na sala pelas vinte e uma horas e catorze minutos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Muriel Dias, que fizesse a leitura da correspondência.-----

--- **A Segunda-Secretária Muriel Cristina Dias Neto** cumprimentou todos e informou os membros da Assembleia Municipal, que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- *“A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais enviou o Regulamento de atribuição de Prémios ANAM 2025;-----*

--- *A Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDRL) informou sobre a realização do Curso Breve sobre Eleitos Locais: a problemática atual, que se realizou no dia 25 e 26 de março de 2025;-----*

--- *A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR) remeteu convite para o Ato de Reconhecimento Público que decorreu no dia 21 de março; -----*

--- *A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR) informou sobre a abertura de candidaturas ao aviso Eficiência Energética na Habitação Social; -----*

--- *O Presidente do Politécnico do Porto convidou para a Exposição Reservas & Relíquias: a sedução das coleções ARTE(s) e ACADEMIA(s)|2025 que decorreu no dia 19 de março;-----*

- A Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), solicitou preenchimento de questionário;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira convidou para a Solene Procissão do Enterro do Senhor, que se realizou no dia 18 de abril;-----
- O Partido Social Democrata (PSD) agradeceu e procedeu às devidas diligências relativamente ao Voto de Saudação referente ao processo de desagregação de freguesias e às Freguesias da Luz de Tavira, Santo Estêvão, Conceição e Cabanas: Saída nº 3683 de 11/03/2025;-----
- A Assembleia da República acusou a receção do Voto de Saudação - processo de desagregação de freguesias e às Freguesias da Luz de Tavira, Santo Estêvão, Conceição e Cabanas;-----
- O Bloco de Esquerda (BE) acusou a receção do Voto de Repúdio - Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2025: Saída nº 3869 de 14/03/2025;
- A Assembleia da República acusou a receção do Voto de Repúdio - Contra o Sectarismo e Discriminação Veiculados pela Bancada do Partido Chega, na Sessão Plenária da Assembleia da República, ocorrida no dia 13 de fevereiro de 2025;-----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu convite para participar no "Encontro Mensal "Vez e Voz aos PAMS", no dia 26 de março; -----
- O Observatório Autárquico CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa enviou convite para o Seminário Inovação & Desenvolvimento Local "Construir Cidadania com Igualdade: O Papel de Lagoa na Transformação Social ", no dia 27 de março;-----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais informou sobre o prazo de candidaturas aos Prémios ANAM 2025; -----
- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais solicitou divulgação do Curso - Introdução à Inteligência Artificial Generativa, com início previsto a 4 de abril; -----
- A Liga dos Combatentes remeteu convite para a cerimónia do Dia do Combatente e 107º Aniversário da Batalha de La Lys, a realizar no dia 09 de abril;-----
- A Fundação Irene Rolo remeteu convite para participar no festival inclusivo "Vive a Tua Diferença", que decorreu de 11 a 15 de abril;-----
- A Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL) solicitou preenchimento de questionário - Estudo nacional sobre a organização e funcionamento das assembleias municipais 2024;-----
- A Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL) solicitou preenchimento de questionário - Inovações Democráticas em Portugal;-----

--- A CCDR Algarve comunicou a Inauguração do Laboratório de Investigação Científica; -----
 --- A Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL) informou sobre a Sessão de Apresentação do Anuário das Assembleias Municipais 2022 nos Paços do Concelho do Porto; -----
 --- A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. remeteu convite para a Sessões de Fundo Social do Clima que se realizou no dia 22 de abril; -----
 --- A ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais remeteu convite para participar no Encontro Mensal "Vez e Voz aos PAMS", que decorrerá no dia 30 de abril; -----
 --- A União de Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira que remeteu convite para as comemorações do 1º de Maio "Dia do Trabalhador"; -----
 --- O Observatório Autárquico CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa enviou convite para o Seminário Inovação & Desenvolvimento Local "Cultura: A Dimensão Emergente do Desenvolvimento Sustentável" com o Município de Braga, a decorrer no dia 24 de abril; -----
 --- Os Grupos Parlamentares, PS, PSD e Chega remeteram um Voto de Pesar Papa Francisco; -----
 --- O Partido Socialista (PS) remeteu uma Moção Dragagens na Barra e Canais de Navegação de Tavira; -----
 --- A Deputada Municipal Maria Dulce Rodrigues Reis Filipe solicitou substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025; -----
 --- A Deputada Municipal Gisela Sofia Viegas solicitou substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025; -----
 --- O Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalves Diogo solicitou substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025; -----
 --- A Junta de Freguesia de Santa Luzia informou que a Presidente, Carla Patrícia Maié Martins, ia-se fazer substituir pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Emílio José Domingos Campos, na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2025." -----
 --- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o modo como a Assembleia Municipal iria decorrer. -----
 --- No período antes da Ordem do Dia iriam ter a apresentação de um Voto de Pesar e uma Moção. Posteriormente, teriam as intervenções das senhoras e senhores deputados municipais sobre assuntos que não fizessem parte da Ordem do Dia e seguidamente teriam as informações prestadas pela Presidente da Câmara Municipal, a Ordem do Dia, e a intervenção do público. -----
 --- Alertou o público que pretendesse intervir que poderia fazê-lo inscrevendo-se para tal até ao final do período antes da Ordem do Dia. Relembrou que não poderiam intervir sobre assuntos



que fizessem parte da Ordem do Dia bem como as intervenções não deveriam de ser superiores a três (3) minutos. -----

✓ --- **Passou ao Voto de Pesar pelo falecimento do Papa Francisco apresentado em conjunto por todas as bancadas da Assembleia Municipal, procedendo à sua leitura:** -----

--- *“Francisco (EM LATIM: Franciscus), sacerdote jesuíta, nascido Jorge Mario Bergoglio em Buenos Aires (Argentina), em 17 de dezembro de 1936, faleceu no dia 21 de abril de 2025 na Cidade do Vaticano. Foi o 266.º Papa da Igreja Católica, Bispo de Roma e Soberano da Cidade do Vaticano de 13 de março de 2013 até à data da sua morte.* -----

--- *Foi o primeiro membro da Companhia de Jesus (Jesuítas) a tornar-se Bispo de Roma, o primeiro nascido nas Américas e no Hemisfério Sul, bem como o primeiro pontífice não nascido na Europa em mais de 1.200 anos e o primeiro Papa a utilizar o nome de Francisco.* -----

--- *Tornou-se Arcebispo de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e foi elevado ao cardinalato em 21 de fevereiro de 2001 – véspera da festa da Cátedra de São Pedro – com o título de Cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino, por São João Paulo II. Foi eleito Papa em 13 de março de 2013, sucedendo ao Papa Bento XVI, que havia resignado.* -----

--- *Ao longo da sua vida pública, o Papa Francisco destacou-se por sua humildade, preocupação com os pobres e compromisso com o diálogo inter-religioso. Francisco teve uma abordagem menos formal ao papado do que os seus antecessores, tendo escolhido residir na casa de hóspedes Domus Sanctae Marthae, em vez de nos aposentos papais do Palácio Apostólico usado por papas anteriores.* -----

--- *Sustentando uma Igreja mais aberta e inclusiva e a justiça social como princípio básico de intervenção, deu especial atenção aos fenómenos das migrações e da pobreza, defendeu os mais desfavorecidos e as minorias, concedendo especial atenção aos conflitos bélicos, aos desastres naturais e às suas consequências humanitárias.* -----

--- *A nível interno, combateu os luxos clericais e deu ênfase ao combate de abusos sexuais por membros do clero católico, tornando obrigatórias as denúncias e responsabilizando quem as omite, levando a adoção de medidas preventivas e reparativas na generalidade das Igrejas e Movimentos Cristãos.* -----

--- *Desde a primeira hora fez da palavra a sua arma principal de comunicação, através de quatro encíclicas marcantes para os tempos modernos: Lumen fidei (Luz da Fé), assinada em 29 de junho de 2013, publicada em 5 de julho de 2013, a qual havia sido iniciada pelo seu antecessor, Bento XVI.* -----

--- *Laudato si’ (Louvado Seja), publicada em 18 de junho de 2015, onde apela ao cuidado da Casa Comum, à ação contra o aquecimento global e a degradação ambiental, Fratelli tutti (Todos*



irmãos – sobre a fraternidade e a amizade social) e Dilexit (Amou-nos - sobre o Amor humano e divino do coração de Jesus) foram as outras três, sempre recebidas com grande expectativa pela Sociedade. -----

--- Deixou-nos ainda mais quatro exortações apostólicas e seis cartas apostólicas (motu próprio), bem como um conjunto notável de intervenções nas várias Jornadas Mundiais de Juventude a que presidiu, atualizando e enriquecendo a doutrina católica. -----

--- Demonstrou de forma muito especial o seu apreço por Portugal nos dois momentos em que nos visitou, por ocasião do Centenário das Aparições de Fátima e da beatificação dos Pastorinhos (2017) e na Jornada Mundial da Juventude de Lisboa (2023), na qual um conjunto alargado de membros da Comunidade Paroquial de Tavira empenhou-se particularmente com o acolhimento de centenas de jovens vindo das periferias do Mundo nos dias que antecederam as celebrações em Lisboa. -----

--- Neste sentido, identificando-se com o sentimento profundo de reconhecimento dos Tavirenses pela vida e obra do Papa Francisco, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de abril de 2025, delibera: -----

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte do Papa Francisco, nascido Jorge Mario Bergoglio. -----

--- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à Nunciatura Apostólica de Lisboa, à Diocese do Algarve e à Comunidade Paroquial de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira, e, -----

--- 3. Enviar aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicitação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.” -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou o Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco à votação, que foi aprovado por unanimidade e se encontra em anexo à presente ata como documento número um (1). -----

--- Passou à Moção: “Dragagens na Barra e Canais de Navegação de Tavira” apresentada pela Bancada do Partido Socialista (PS), dando a palavra ao Deputado Municipal José Graça para que indicasse quem iria proceder à sua apresentação. -----

--- O Deputado Municipal José Graça cumprimentou todos os membros da Assembleia Municipal, Executivo Municipal, colaboradores do Município que asseguravam a regularidade dos serviços, o público que assistia, quer presencialmente quer online. -----

--- Informou que a intervenção e leitura da Moção seria conduzida pela Deputada Municipal Jovita Ladeira. -----

--- A Deputada Municipal Jovita Ladeira cumprimentou todos os presentes e os que estavam a assistir online e informou que o objetivo daquela Moção estava relacionado com a necessidade



imperiosa de que fossem efetuadas dragagens quer na Barra de Tavira, quer nos canais de navegação, face ao assoreamento existente que se vinha a sentir já há algum tempo e que estava a acontecer de forma mais acelerada. -----

--- Procedeu à leitura da Moção “*Dragagens na Barra e Canais de Navegação de Tavira*”: -----

--- «O acesso e a navegabilidade da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho de Tavira são uma exigência para a segurança dos nossos profissionais de pesca de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira e de todas as pessoas, muitas delas jovens, que praticam náutica de recreio, fomentando o desporto e o turismo náutico no nosso concelho. -----

--- São atividades essenciais para o nosso concelho, que devem ser levadas a efeito com todas as condições de segurança e de navegabilidade.-----

--- Este trabalho de dragagens ou limpeza de canais, assegurando as cotas necessárias e adequadas para a navegabilidade em segurança é competência estrita do Governo, através da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e não das autarquias locais como, de forma errónea, se vem afirmando.-----

--- Esta necessidade, tem vindo a ser solicitada pela nossa Presidente da Câmara Municipal de Tavira e por outros autarcas da região com frentes ribeirinhas ou parques naturais, como é o Parque Natural da Ria Formosa.-----

--- E em resposta afirmativa, no anterior governo, o Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2023, de 21 de agosto, autorizou a DGRM a contratualizar trabalhos de dragagens de manutenção para o período 2023-2026 nos portos de pesca e de náutica de recreio do Algarve, no valor de cerca de sete milhões de euros, acrescidos de IVA, cuja operacionalidade ficou definida num plano de dragagens aprovado para os citados anos.-----

--- O Governo anterior caiu no último trimestre de 2023.-----

--- O atual Governo já tem mais de um ano de exercício de funções. -----

--- O que se passa hoje é que nada se fez. Nada aconteceu. O perigo aumentou e atingiu patamares inadmissíveis. As obras de desassoreamento da barra e dos canais de Tavira são mais que urgentes. A barra de Tavira está completamente assoreada, está em seco e tem uma praia no interior da barra” que é bem visível nas fotografias aéreas, “os canais de navegação estão cheios de areia.” -----

--- Realidade que certamente todos os tavirenses que gostavam do seu consideravam intolerável.

--- “Isso é inadmissível. -----

--- As decisões do anterior Governo de alocar sete milhões de euros para um plano de dragagens na Ria Formosa e lançar as obras não foram cumpridas por parte do atual Governo, que nada fez, nada faz neste sentido ou manda fazer a obra por parte da DGRM. -----



--- É o abandono total do Algarve, da Ria Formosa e dos canais de navegação do concelho de Tavira. -----

--- Aguarda o Governo que aconteça alguma desgraça em termos de perdas de vidas para fazerem alguma coisa? Ou que a navegação seja completamente impossível no concelho de Tavira por não ter cota de água que permita a navegação? É pelo abandono que o Governo vê o Algarve? -----



--- A Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 29 de abril, delibera:-----

--- 1. Aprovar a moção manifestando ao Governo o seu descontentamento pela não existência das obras de desassoreamento, da sua responsabilidade, da barra de Tavira, dos portos e dos canais de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira até ao dia de hoje; -----

--- 2. Instar o Governo a fazer o que lhe compete, lançar a obra que urge e que é mais que urgente em termos de segurança e de navegabilidade do concelho de Tavira.-----

--- 3. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta aos Senhores Presidente da República e Primeiro-Ministro, ministros das Infraestruturas e Habitação, Economia e Agricultura e Pescas, Diretor-Geral da Direção de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Diretor Regional do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e Presidente da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa e, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, às juntas de freguesia e uniões de freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), Conceição e Cabanas de Tavira, Santa Luzia e Luz de Tavira e Santo Estevão e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.» -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a Presidente da Câmara Municipal, todo o Executivo Municipal, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, todos os funcionários ali presentes, o público e todos os que assistiam via *Facebook*. -----

--- Disse que as dragagens na Barra de Tavira eram de extrema importância, mas gostava de perguntar à Bancada do PS o que pretendiam com aquela Moção, se era a necessidade da intervenção ou tirar dividendos políticos.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** respondeu que a Bancada do PS pretendia tão e somente que fosse implementada a Resolução do Conselho de Ministros e a autorização que a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) tinha para os contratos de empreitadas de dragagens e manutenção dos portos do Algarve, porque a Polis Litoral Ria Formosa, em 2017-2018, tinha executado algumas intervenções que não tinham sido suficientes. -----



--- No ano de 2021, a DGRM tinha efetuado uma intervenção para garantir a navegabilidade, num valor de cerca de quinhentos mil euros (€ 500.000,00) que também não tinha sido suficiente ou, os trabalhos não tinham sido totalmente realizados em conformidade com o previsto. -----

--- No mês de agosto do ano de 2023, ainda o Governo era do PS, tinha havido uma Resolução do Conselho de Ministros a autorizar a DGRM a formalizar contratos de empreitada de dragagens e manutenção dos portos de pescas, sendo que a DGRM tinha um plano de intervenção para os anos 2024 a 2026 que contemplava toda a zona. -----

--- Concluiu dizendo que não se tratava de tirar dividendos políticos, mas antes de alertar, de dar voz aos cidadãos, aos pescadores, e tentar acelerar o processo. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que também ela ia fazer a cronologia dos acontecimentos porque a Deputada Municipal Jovita Ladeira estava mal informada. -----

--- Era verdadeiro que ainda no Governo do PS, em Resolução de Conselho de Ministros, tinham sido aprovados sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) para a realização das dragagens. -----

--- Era verdadeiro que se tratava de um Governo Socialista, maioritário, de oito (8) anos. -----

--- Com o Governo atual, que pretendia recordar que tinha tomado posse no mês de abril do ano transato, tendo apenas um ano, tinha sido aprovado, por Despacho da Secretária de Estado das Pescas e Secretário de Estado das Infraestruturas, a abertura de concurso público para a execução da empreitada de dragagens de manutenção dos portos de pesca do Algarve no período de 2024 a 2026. Tal tinha acontecido no dia 7 de junho do ano de 2024 e, lembrava, que o Governo do Partido Social Democrata (PSD) tinha tomado posse em abril daquele ano. Contudo, como podiam consultar no Diário da República (DR), porque não estavam satisfeitos, tinham ainda aberto concurso público em 16 de outubro daquele ano, que tinha sido alterado em 15 de novembro seguinte onde se podia ler que se tratava de um concurso com dois (2) lotes sendo que o preço base para o Lote número dois (2) que incluía Olhão, Fuzeta e Tavira, Santa Luzia e Cabanas, tinha um valor de quatro milhões e quinhentos e vinte e quatro mil euros (€ 4.524.000,00) cujas propostas tinham que ser apresentadas até ao final daquele ano. -----

--- Considerava errado o que a Deputada Municipal Jovita Ladeira tivesse referido que não existia boa vontade por parte do Governo que não tinha feito o que quer que fosse. Assim, o que constava na Moção *"Instar o Governo a fazer o que lhe compete..."* não era correto pois o Governo tinha feito, sendo que no mês de fevereiro do ano 2025, o concurso tinha sido revogado porque todas as propostas tinham sido excluídas. -----

--- Reiterou que o Governo tinha procurado executar e estavam a falar apenas num período de um (1) ano. -----

--- Concluiu dizendo que ainda tinha pensado que a Bancada do PS tivesse a audácia de retirar aquela Moção e que elaborassem uma conjunta, que era o que podiam fazer, elaborar uma moção conjunta alertando o Governo para que revisse a política de concessão das áreas de dragagens.-----

--- Referiu, para terminar, que gostava de saber onde a Presidente da Câmara Municipal tinha alertado para aquela situação, nos últimos anos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou especialmente o Presidente da Assembleia Municipal e as secretárias da Mesa.-----

--- Cumprimentou os deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, o Executivo Municipal, o público presente e o que assistia *online*, e os funcionários que apoiavam a realização da Assembleia Municipal.-----

--- Respondendo, disse que eram vários os ofícios que tinham sido remetidos à DGRM.-----

--- Considerava curioso que naquela Assembleia Municipal, quando se tratava de empreitadas lançadas pela Câmara Municipal e ficavam desertas, diziam que a Câmara Municipal nada fazia, porém se a mesma situação acontecesse com o Governo, tinha lançado as empreitadas e tinham ficado desertas. Considerava que tinha de ser igual para todos.-----

--- Era certo que o Governo não tinha culpa que o concurso tivesse ficado deserto ou que todas as propostas tivessem sido excluídas, todavia a DGRM tinha de lançar novo concurso, sendo que não estava impedida de prosseguir com as suas funções, pois, desde que estivesse previsto em Orçamento, o que tinham de fazer era rever e lançar novamente a concurso. Era, pois, o que se pedia à DGRM. Não estavam a pedir ao Governo, mas à DGRM.-----

--- Na semana anterior tinham voltado a insistir no pedido, sendo que também eram efetuados ofícios pela Polícia Marítima (PM), pela Capitania do Porto de Tavira, a pedir a realização das dragagens e a informar sobre o estado em que se encontrava a Barra bem como o perigo que representava para a navegação. Naquele dia a Barra tinha estado encerrada.-----

--- Existiam várias comunicações com a DGRM, do ano transato e ainda anteriores. No mês de maio do ano anterior a DGRM tinha informado a Câmara Municipal que tinha elaborado o concurso, tinha realizado a avaliação de impacto ambiental e que aguardava cabimento pelo que tinham aguardado o Orçamento de Estado do corrente ano.-----

--- O concurso tinha sido lançado, e era o que pretendiam, sendo que faltava ser lançado novamente. Nada tinha a ver com a Política sendo que o que pretendiam era que a Barra não tivesse problemas para a navegação, sobretudo de segurança.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que se o concurso tinha sido lançado, tal tinha acontecido com cabimento mas tinha ficado deserto, sendo o que acontecia em Tavira. Não

estavam a culpabilizar pelos concursos que eram abertos e que ficavam desertos porque as obras estavam caríssimas e ela tinha muita dificuldade em acreditar que os valores a concursos fossem aceites por alguém. Porém o que não podiam dizer, e naquela Moção, diziam-no, “*Instar o Governo a fazer o que lhe compete...*” porque o Governo tinha feito o que lhe competia.-----

--- Concluiu dizendo que esperava que a Bancada do PS tivesse a audácia de retirar aquela moção e quisessem elaborar uma moção conjunta para alertar para a necessidade das dragagens na Barra de Tavira que não contivesse as definições que constavam, “*...o abandono total do Algarve...*” porque tal não era verdadeiro.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que apenas queria fazer dois apontamentos.-----

--- Em primeiro lugar a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco parecia ter “*dois pesos e duas medidas*”, porque quando os concursos eram lançados pela Câmara Municipal, diversas intervenções, e por ficarem desertos não era possível avançarem, faziam uma crítica feroz porque não se concretizavam. Quando tal acontecia os concursos eram revistos e lançados novamente, o que não eram o entendimento da Deputada Municipal Ana Rita Pacheco, o que considerava não ser correto.-----

--- Segundo, não estavam a fazer populismo, nem campanha eleitoral, mas apenas integravam a Bancada do PS que tinha a obrigação de, enquanto eleitos e representantes da população do concelho de Tavira, alertar para aquelas situações e lutar para que se resolvessem.-----

--- Terminou dizendo que aquela era a postura que tinham e o que pretendiam fazer, sendo que a DGRM era um Instituto Público estando, por isso, ligada ao Governo.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** reiterou os cumprimentos já apresentado pela Deputada Municipal Ana Rita Pacheco.-----

--- Aquele era um assunto que interessava a todos e que cuja decisão e apresentação da Moção deveria de ser unanime.-----

--- Face ao que ali tinha sido dito, não se recordava ter sido apresentada pela sua Bancada qualquer moção de crítica relativamente a obras que tivessem ficado desertas na Câmara Municipal, mas se houvesse, que fizessem o favor de lhe indicar.-----

--- Queria dar nota pela importância e história recente, com a apresentação de um primeiro concurso, uma primeira autorização em junho passado, com a apresentação do caderno de encargos para concurso público e a recusa em fevereiro de 2025, o que era evidente era que os valores que estavam cabimentados para a intervenção eram insuficientes, pelo que uma moção conjunta devia ter como objetivo o reforço dos valores a cabimentar que a empreitada fosse executada. O que iria acontecer era que voltaria a ir a concurso e ficaria novamente deserto, porque nitidamente o que estava a acontecer era que os operadores marítimos que executavam



aqueles trabalhos não os pretendiam realizar por aquele preço. Assim, pensava que só tinham uma solução que era apresentarem uma moção em que dissessem o que era necessário ser feito porque os sete milhões de euros (€ 7.000.000,00) que estavam previstos, não eram suficientes, sendo necessário elaborar novo procedimento. -----

--- Considerava que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha alguma razão porque já tinha sido apresentado no ano de 2023, tendo cabimentação para aquele ano e o PS não tinha dado autorização. No ano de 2024, quando o PSD tinha tomado posse, tinha autorizado de imediato, em junho, em menos de seis (6) meses, como estava plasmado *“Aprovado por despacho de sua excelência o Secretário do Estado das Pescas, em 7 de junho de 2024, no uso da competência delegada por despacho n.º 67/639 publicado no Diário da República...”*, e existia ainda mais um conjunto de documentos. Assim, o lançamento do concurso tinha sido efetuado em outubro, o que significava que havia ação, tendo havido mais ação do que em quatro (4) anos. -----

--- Tratava-se de factos, todavia se pretendessem avançar com uma moção em que reforçavam a necessidade das intervenções na Barra porque estava muito perigoso e a qualquer momento poderia ocorrer uma tragédia, com a necessidade de reforçar a dotação, estariam de acordo. -----

--- Outra questão que era importante e que não tinham abordado era que, historicamente, a Barra de Tavira pouca necessidade de dragagens públicas tinha porque durante praticamente quinze (15) anos o serviço tinha sido executado por um operador comercial cuja empresa trabalhava naquela área, retirando a areia e ainda procedendo à reposição da mesma nas zonas da Ilha de Tavira junto à Ria Formosa que estavam em risco de erosão, não representando qualquer custo para o Estado. A areia era retirada, vendida, tendo o operador lucro, pelo que todos ganhavam. -----

--- No presente todos perdiam, o operador tinha falido porque lhe tinha sido revogada a licença, tendo deixado de trabalhar, o estaleiro tinha-se transformado em algo que visualmente e em termos operacionais não pretendiam para aquela zona nobre, e estavam a pagar do erário público as dragagens que não deviam de fazer. -----

--- Concluiu dizendo que tinham de realizar esforços conjuntos ao invés de estarem a criticar que determinado Partido não tinha feito. Considerava que tinham de

xfazer, em conjunto, um esforço, sendo o sentido que deviam de caminhar. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que apenas pretendia questionar e relembrar o histórico do PS naquela Assembleia Municipal em defesa dos investimentos, quer do concelho, quer da região. Pensava que ninguém os podia acusar de terem deixado de defender os seus interesses fosse qual fosse o Partido do Governo. -----



--- Terminou questionando a Bancada do PSD se o Governo tinha reforçado o cabimento disponível e aberto novo concurso.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** respondeu que como já tinha mencionado a resposta ao concurso tinha sido em fevereiro e em março o Governo tinha “caído” estando basicamente em gestão, pelo que não iriam tomar decisões que não tinham sido tomadas.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que desde que a DGRM tivesse Orçamento podia lançar qualquer procedimento porque a despesa constava em Orçamento próprio, pelo que se tinha lançado o primeiro podia lançar um novo. O que a Câmara Municipal de Tavira estava a pedir era que se não tinham verba para executar toda a intervenção, que executassem o que consideravam mais urgente.-----

--- Desconhecia o estado das outras barras porque, obviamente não conhecia a situação dos outros concelhos, mas o que transmitia à DGRM era que a Barra de Tavira se encontrava com um problema grave de insegurança podendo acontecer alguma morte naquele local. A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha dito que a Presidente da Câmara Municipal não tinha publicitado, ela considerava que não tinha de colocar no *Facebook* o que pedia à DGRM, mas antes enviar ofícios às entidades oficiais. Não tinha de colocar no *Facebook* o que fazia até porque não era do tipo de pessoa que considerava que deviam de reclamar ou queixar-se da polícia ou outras instituições no *Facebook* mas antes que apresentar as questões a quem tinha competência para resolvê-la. O que fazia remeter à DGRM, como tinha feito recentemente, ofício a comunicar que a situação de Tavira era extremamente perigosa e a solicitar que fosse realizada uma dragagem de urgência.-----

--- Além daquela questão ainda tinham os pescadores e a parte do canal de Cabanas e Santa Luzia. Não era apenas a Câmara Municipal de Tavira a formular o pedido, sendo que também o faziam outras instituições como a Associação de Armadores e Pescadores de Tavira (APTAV) e a Polícia Marítima.-----

--- O que pediam era que se tratasse daquele processo porque não estavam ali para trocar acusações, mas para resolverem as questões, pelo que pedia àquela Assembleia Municipal que não tivesse “*dois pesos e duas medidas*” porque se não houvesse execução por parte da Câmara Municipal porque um concurso tinha ficado deserto, era que nada fazia, mas quando não existia execução por parte do Governo que tinha lançado o procedimento e este tinha ficado deserto, já se tinha feito. Assim, pedia que balizassem tudo pelo mesmo patamar. -----

--- **A Deputada Municipal Natércia Joaquim** dizendo que os cumprimentos já tinham sido apresentados por elementos da sua Bancada, referiu que relativamente ao tema em apreço, tinha que dizer que o modo como o assunto estava a ser abordado a incomodava e, portanto, apelava à

Bancada do PS que retirasse aquela Moção para que pudessem elaborar uma moção em conjunto uma vez que, lhe parecia, que os tavirenses não iriam compreender que não resultasse daquele assunto um voto por unanimidade, sendo que do modo como estava escrito por parte da Bancada do PS, era um texto que, obviamente, a Bancada do PSD não podia aprovar.-----

--- Portanto, considerando que todos estavam de acordo sobre a relevância que aquele assunto tinha para os tavirenses apelava que não acontecesse como em assembleias municipais anteriores em que tinham andado a gladiar pormenores de quem tinha a responsabilidade sobre o quê e não conseguiam uma moção unanime cuja mensagem chegasse onde tinha de chegar. -----

--- Concluiu apelando que retirassem aquela Moção e elaborassem uma em conjunto de modo que resultasse uma moção aprovada por unanimidade. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que era factual. O que a Bancada do PS tinha estado a referir, era que consideravam aquela situação da Barra de Tavira e da zona da Ria Formosa de prioridade elevada para intervenção.-----

--- Como a Presidente da Câmara Municipal já tinha referido, a DGRM podia cabimentar e lançar urgentemente o concurso para aquela zona face à realidade e insegurança que tinham. -----

--- Relembra ainda que em maio de 2024 a DGRM aguardava da tutela ordem para avançar com o concurso e que ao mesmo tempo previa que o contrato pudesse ser celebrado em outubro ou novembro desse mesmo ano.-----

--- Concluiu dizendo que considerava haver inoperância por parte do Governo e da DGRM. A verba estava cabimentada pelo que deveriam investir, aplicar no que representava maior perigo e podia acarretar graves consequências para Tavira.-----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** fazendo suas as palavras de saudação proferidas pelos seus colegas de Bancada, disse que se dirigia especialmente à Presidente da Câmara Municipal de forma construtiva e que os ouvissem. -----

--- Questionou se a Presidente da Câmara Municipal se recordava da intervenção realizada no ano de 2021, que não estava suficientemente cabimentada para as ambições de Tavira. Naquela altura ele tinha perguntado à Presidente da Câmara Municipal se os buracos que andavam a realizar era para chegarem aos setecentos mil euros (€ 700.000,00) ou se, de facto, era para abrirem quinhentos (500) metros. Como tavirense, sem qualquer critica, tinha-lhe pedido que indagasse junto das autoridades, entidades, como é que a situação de Tavira não tinha sido suficientemente coberta.-----

--- Naquela altura tinha dialogado enquanto deputado municipal e defensor dos interesses de Tavira independentemente da posição partidária e tinha recebido respostas. Aquele era o contexto de unanimidade como a sua colega Natércia Joaquim tinha ali proferido sendo que

considerava que deviam de colocar acima de tudo os interesses de Tavira porque se falassem dos dois (2) últimos anos, também poderiam falar dos últimos quatro (4) ou dos outros, mas tal não interessava, sendo que o que interessava era verem o exemplo do ano de 2021, com setecentos mil euros (€ 700.000,00) atribuídos em que o empreiteiro tinha limpado uma parte da Barra não existindo orçamento para mais, tendo andado alguns dias a fazer alguns buracos. -----

--- Concluiu que o que acontecia era que estavam perante uma situação em que era necessário cabimentar uma verba mais elevada e manifestar a voz conjunta de uma localidade independentemente do Governo.-----

--- Era a sua visão que pretendia partilhar. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se recordava perfeitamente daquela conversa no ano de 2021 e também que naquela altura tinha respondido o que lhe tinham dito a ela. Havia outras necessidades, como Santa Luzia, que tinham ficado por executar sendo que lhe tinham referido que a draga não era a adequada por ser muito grande. -----

--- Tinham vindo a insistir relativamente ao canal de Santa Luzia e continuavam, sendo que muito do que tinham feito anteriormente e o que a Secretária de Estado Teresa Coelho lhe tinha dito sempre, que lhe parecia bem, era que o Governo do PS iria lançar um concurso para três (3) anos para serem efetuados pequenos ajustes consoante as necessidades e, portanto, não necessitariam de ter as dragagens que tinham ocorrido na Barra com uma draga daquela dimensão, podendo ter outras mais pequenas, que anualmente dragariam volumes menores, o que lhe tinha parecido muito bem. Tal tinha acontecido no ano de 2022, cerca de um ano depois, embora quisessem sempre que acontecesse antes, no entanto tinha sido o que tinha acontecido com a Resolução do Conselho de Ministros tendo apenas ficado previsto no Orçamento do ano de 2024 e sido lançado pelo Governo, o que considerava bem e o que pretendia. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal de Tavira disse que pretendia deixar aquela questão bem clara pois parecia-lhe que não estava. Tinha sido eleita, sendo a sua candidatura subscrita pelo PS, mas governava para todos não andando ao sabor dos partidos ou dos governos. O que zelava sempre era pelo interesse dos tavirenses, sendo o que pretendiam independentemente de quem ganhasse as eleições. -----

--- A DGRM tinha mudado de diretor sendo que presentemente o novo Diretor era Vice-Almirante da Marinha, um homem conhecedor do mar, pelo que, o que pensava era que sendo o novo Diretor conhecedor do mar, a dragagem fosse realizada de urgência. Era o que tinham vindo a pedir, as diligências que tinham vindo a fazer, não contando, obviamente, com os vários telefonemas que tinham feito ao antigo Diretor, José Carlos Simão. -----



--- Terminou informando que ultimamente tinham comunicado mais por carta por não conseguir chegar à fala com os diretores, secretários de estado e ministros.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que aquela autorização genérica que estava dada pelo Governo desde junho era para uma questão operacional que apenas tinha que ser operacionalizada sendo que o que estavam a dizer e consideravam necessário era que, para que fosse operacionalizada, tinham que voltar a solicitar ao Governo que reforçasse o valor, todavia não era certo dizerem que nada faziam, conforme a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha dito, porque em outubro tinha sido lançado o concurso e em fevereiro tinha saído o resultado, sendo que, era tão simples como isso, a DGRM tinha que voltar a lança-lo.-----

--- Concluiu dizendo que da parte da Bancada do PSD consideravam que o necessário era reforçarem os valores porque, nitidamente, eram insuficientes. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que para terminar a sua intervenção pretendia levar ali à coação uma observação que tinha sido efetuada por uma Deputada da Assembleia da República, que era do PSD, que tinha colocado o problema das dragagens nas barras e canais do Algarve à discussão, e tinha dito: *"Precisamos de operações de dragagem que garantam condições de navegação seguras para quem depende do mar. É sobre isto que o Algarve espera respostas concretas."* -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** disse que tinha de voltar a intervir. Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal referiu que ela tinha manifestado, em boa hora, que tinha sido eleita pelos tavirenses para resolver os seus problemas. Os deputados municipais da Bancada do PSD também tinham sido eleitos para resolver os problemas dos tavirenses pelo que, dentro das suas funções, estavam a tentar juntar-se para que o apelo fosse maior. Queriam que fosse conjunto de modo a aumentar a sensibilização relativamente aos valores, que eram insuficientes, sendo que para isso a Bancada do PS teria de dizer se retirava a Moção para elaborarem uma declaração conjunta de modo a terem uma voz comum, uma vez que, como a Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha dito, tinham sido eleitos por Tavira para resolverem os problemas de Tavira e tinham ali uma oportunidade única de terem uma voz comum. -----

--- Terminou questionando se não estavam todos com vontade de servir Tavira. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Deputado Municipal Silvino Oliveira, esclareceu que estava naquela Assembleia Municipal a convite e que respondia ao que lhe era perguntado, pelo que o Deputado Municipal não lhe podia responder a ela pois não era quem decidia na Assembleia Municipal. Podia interpelá-la em Reunião de Câmara, que decidiria, o que não era o caso, sendo que dependia dos deputados municipais sobre quem não mandava.-----



--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não tendo qualquer pedido de intervenção por parte da Bancada do PS, iria colocar a votação a Moção conforme a Mesa a tinha recebido. Se não existia qualquer decisão por parte da Bancada do PS, concluía que era daquele modo que pretendiam que fosse votada. -----

--- Verificando não existirem pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção: *“Dragagens na Barra e Canais de Navegação de Tavira”* a votação, tendo esta sido aprovada por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carlos Sousa, David Martins, Elsa Martins, Emílio Campos, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Mateus e Virgílio Horta e doze votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira, Sónia Tomás e Gonçalo Henrique Santos cujo documento se encontra em anexo à presente ata com o número dois (2).--

--- O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que a Bancada do PSD pretendia fazer uma declaração de voto: *“O PSD vota contra esta Moção porque ela contém no seu teor factos que não são verdade, são mentiras e que não correspondem àquilo que é o interesse desta Bancada e o interesse dos algarvios relativamente a este assunto.”* -----

--- O Deputado Municipal José Graça disse que no dia anterior tinham vivido um facto verdadeiramente inédito em Portugal, tinham estado praticamente dez (10) horas sem energia elétrica colocando em risco várias situações que todos os dias davam como adquiridas e que já estavam habituados para o nível de vida que tinham. -----

--- Sem pretender fazer quaisquer extrapolações a nível nacional, regional, relativamente ao que se tinha passado, gostava de sublinhar o grau de prontidão e de atenção à situação por parte dos Bombeiros Municipais de Tavira e da Empresa Municipal Tavraverde, E.M. que, atempadamente, e com bastante prontidão, se tinham apercebido poder-se tratar de uma situação de elevada gravidade e, através das redes sociais e dos meios disponíveis, tinham alertado a população para os comportamentos a adotar e medidas que deviam de tomar para reduzir eventuais riscos ou danos. Pensava que se tinha devido à determinação por parte dos serviços sendo que Tavira tinha sido uma das poucas cidades do Algarve onde não se tinham verificados cortes de água apesar da pressão ter sido reduzida e onde muito do material que se encontrava em risco de colapsar nas delegações, extensões do Centro de Saúde, tinha sido devidamente recolhido pelos serviços municipais e entregues ao Centro de Saúde para que se pudessem manter em condições, onde muitos dos serviços tinham sido garantidos graças à atuação dos serviços municipais e dos

Bombeiros, Proteção Civil, forças e serviços de segurança que tinham colaborado na redução dos riscos daquela situação.-----

--- Pensava que, sobretudo, deviam de prestar o devido preito de honra aos membros dos serviços municipais que tinham intervindo naquela situação, destacando, mais uma vez, os Bombeiros Municipais de Tavira, a Taviraverde, mas também pretendia alertar para que fossem tiradas as devidas lições sobre o que tinha acontecido no dia anterior para que, no futuro, caso voltasse a acontecer uma situação como aquela, estivessem devidamente preparados. -----

--- Acrescentou que, em Proteção Civil não esperavam que as situações acontecessem mas planificavam para que estivessem devidamente preparados e que pudessem intervir quando necessário e, como costumavam dizer entre os agentes de proteção civil, nos quais se encontrava, o que podia acontecer, um dia acontecia mesmo, sendo por isso bom que tudo o que tinham aprendido durante a Pandemia mas também ao longo do dia anterior, não fosse esquecido e a importância que davam ali em termos de viabilidade dos meios e recursos para os serviços municipais, quer Bombeiros, quer Proteção Civil, quer Taviraverde, fossem devidamente acautelados e cumprissem de modo a atingir aqueles fins. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Madeira** questionou a Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM). Sabiam que se tratava de um instrumento fundamental para o planeamento territorial e urbanístico do Município, mas também que era um processo muito complexo e que envolvia muitas etapas e organismos diferentes. -----

--- A revisão do PDM tinha um impacto profundo no desenvolvimento de Tavira a nível económico, ambiental, da sociedade e infraestruturas. -----

--- Através daquela revisão, Tavira poderia enfrentar novos desafios atuais e futuros, promovendo um ambiente urbano e rural que fornecesse o bem estar dos seus habitantes. -----

--- A questão que o PS colocava era a seguinte: *“Qual é o ponto de situação da Revisão do PDM, sendo que já há muito aguardavam a sua conclusão.”* -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** informou que na última assembleia municipal, tinham falado que se tratava da última fase. Já tinham tido uma primeira. -----

--- Tinham tido uma primeira conferencia com todas as entidades, que eram trinta três (33) ou trinta e quatro (34,) em que tinham sido emitidos pareceres condicionados e um parecer negativo da Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAPALGARVE) sobre a Reserva Agrícola Nacional (RAN), relativamente ao que tinham vindo a tentar trabalhar com aquelas entidades para conseguirem conciliar. -----

--- Naquele momento, estavam a diligenciar com a empresa que lhes estava a elaborar a Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da RAN, que tinham de ser aprovadas, cuja reunião esperavam

que acontecesse em breve, e também tinham algumas questões com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) nomeadamente no que se referia ao que anteriormente eram os denominados C3 que eram aglomerados urbanos que existiam fora do litoral, localizados mais no interior. -----

--- Nos termos da nova Lei dos Solos estavam a pretender reduzir o número de aglomerados urbanos no interior, o que não concordavam porque em termos de política de solos, ela defendia que deviam de ter áreas de expansão e, por isso, considerava que deveria de haver uma verdadeira alteração à Lei dos Solos e não as pequenas alterações que tinham sido efetuadas no âmbito do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), em que muitos dos locais já estavam infraestruturados, com água, saneamento, rede elétrica e, portanto, era importante aumentar as malhas urbanas e definir áreas de expansão naqueles aglomerados para que, no futuro, pudessem crescer, até porque todos sabiam que tinham um problema de habitação em Portugal, muito grande no Algarve, sendo por isso o que considerava que devia de acontecer. -----

--- Por aquela razão tinham um litígio com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), contudo tinham aprovado uma prorrogação do prazo até ao final do corrente ano, que trabalhariam para a cumprir. -----

--- Concluiu dizendo que esperava ter tudo aprovado com a CCDR no final do corrente ano, que posteriormente seria colocado a discussão pública e aprovado pela Assembleia Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que pretendia formular algumas questões sobre a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M.. Tratava-se de questões rápidas e sequenciais sendo que algumas não faziam sentido sem que a anterior fosse respondida. Assim, solicitava licença ao Presidente da Assembleia Municipal para fazer a questão e depois da resposta formular a questão seguinte. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que considerava que o Deputado Municipal deveria de formular as perguntas que pretendesse e posteriormente a Presidente da Câmara Municipal responderia, já que o que propunha configurava uma situação de diálogo. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que estava a tentar fazer pelo melhor, mas não tinha qualquer problema em se inscrever várias vezes. -----

--- Queria questionar se a Agetav - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A. continuava a ser sócia da EMPET e se fosse o caso, se tinha sido solicitado apoio jurídico quanto à sua continuidade, ou não, enquanto sócia da EMPET, conforme a recomendação da Chefe de Divisão Financeira em 3 de fevereiro de 2021. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que relativamente às questões levantadas tinha sido solicitada a opinião do advogado do Município que, genericamente, concordava com o parecer da Chefe de Divisão Financeira. Por um lado, consideravam que sim, porque a empresa tinha estado num processo de liquidação, no caso, de insolvência. De qualquer modo existindo dúvidas quanto à questão e não havendo um registo do seu total encerramento tinham sido notificados para a Assembleia Geral da EMPET, relativamente ao que não tinham recebido qualquer informação e a notificação tinha sido devolvida. -----

--- Tinham realizado a Assembleia Geral da qual tinham elaborado a respetiva ata no livro de atas da EMPET que tinham procurado, tendo a decisão apenas sido tomada com o Município porque o sócio Agetav não se tinha apresentado. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** questionou quem tinha obrigação de convocar as assembleias gerais da EMPET e quantas tinham sido convocadas desde o ano 2020. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, do que se recordava, apenas tinha sido convocada a última, a seu pedido ou do Presidente da Assembleia Geral, porque até então tinham outro liquidatário. O Município também nunca tinha pedido qualquer Assembleia Geral mas apenas tentado sempre falar com o liquidatário. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que as assembleias eram atos formais dos quais resultava uma ata e tinham uma obrigação legal de quem convocava. Assim, fazia uma simples pergunta, quem convocava e quantas assembleias gerais se tinham realizado desde o ano 2020. ---

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não fazia ideia quantas questões o Deputado Municipal Jorge Corvo pretendia colocar, mas pensava que talvez fosse melhor solicitar por escrito e a Presidente da Câmara Municipal responderia. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** afirmou que pretendia formular as questões ali, pelo que enquanto tivesse tempo poderia fazê-lo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, na sua opinião, a Assembleia Geral era convocada a pedido da Direção ou do Conselho de Administração. -----

--- Presentemente estando a EMPET num processo de liquidação com um liquidatário que não respondia, tinha sido solicitada e existia uma deliberação da Câmara Municipal para que procedessem à alteração do liquidatário pelo que tinha sido formulado um pedido ao Presidente da Assembleia Geral para que a Assembleia Geral da EMPET decidisse o que lhe competia porque era àquele Órgão que competia definir quem era o liquidatário e não à Câmara Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que na sequência da Assembleia Municipal realizada em 24 de outubro do ano transato, tinham aprovado o pedido de Assembleia Geral da EMPET que

 tinha como ponto a nomeação do novo liquidatário. Assim questionava se tinha sido realizada e se já existia a ata daquela reunião. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que já tinha respondido que sim. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que a Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de dizer que já tinham novo liquidatário sendo que o que pretendia saber era se já tinha, ou não, tomado posse. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse que tinha um apelo a fazer. Questionava se podiam deixar que a Bancada do PSD a estivesse a interpelar daquela forma que ela considerava algo desrespeitosa. -----

--- Nunca tinha faltado à transparência sobre a EMPET naquela Assembleia Municipal e estava ali para explicar e explicaria tudo o que pretendessem, contudo parecia-lhe que estavam a ultrapassar o limite e demonstrava alguma falta de respeito, cujo objetivo desconhecia. -----

--- Tinha-se realizado no final de dezembro a Assembleia Geral, cuja data não sabia precisar. No meio das convocatórias e dos esclarecimentos que tinham recebido devido à Agetav, tinham remetido a ata para o liquidatário daquela altura, que tinha de ser levada a registo, o que pensava não ter ainda acontecido e, portanto, não obstante aquela situação também podia referir naquela Assembleia Municipal que o liquidatário tinha vindo a efetuar algumas diligências no sentido de reunir a informação, cuja questão seria abordada mais à frente no ponto da Prestação de Contas, mas que já não o necessitava fazer. -----

--- Acrescentou que mais uma vez não possuíam as contas da EMPET, que o liquidatário não tinha tido a possibilidade de reunir. Presentemente estava a efetuar algumas diligências e a tomar alguns conhecimentos. -----

--- Pretendia ainda abordar mais duas questões. -----

--- A primeira questão estava relacionada com a ação que estava em Tribunal. -----

--- No dia 2 de abril tinha decorrido um Julgamento porque da parte de Lopes da Costa, advogado da EMPET, tinha sido apresentada uma contestação à ação que tinham perdido contra o Consórcio ABB/DST em que a EMPET tinha sido condenada num valor cujo cálculo estava incluída uma multa ao empreiteiro bem como juros. A empresa tinha reclamado um valor de capital e um valor de juros e a EMPET tinha perdido a ação, todavia o cálculo dos valores estava mal feito. Assim, o advogado tinha recorrido e, não sabia se era o termo exato, aquela primeira ação não tinha tido provimento, tendo voltado a recorrer para uma Subsecção que era relativa à Contratação Pública, que tinha deliberado anular a sentença de condenação do ano 2022, e realizar novo julgamento que tinha sido marcado para o dia 2 de abril do corrente ano. Fernando



Horta tinha sido notificado, tendo comparecido no julgamento, que não se tinha realizado, tendo sido adiado por razões que desconhecia. -----

--- Tinha sido remarcado para o mês de junho seguinte, mas pensava que o advogado da empresa ABB/DST já tinha solicitado ao Juiz a alteração da data.-----

--- Quanto à segunda questão, e sabia onde pretendiam chegar, estava relacionada com a venda dos lotes que estavam em leilão o que era resultado de uma ação interposta pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM). A Câmara Municipal de Tavira nunca tinha sido citada, e não tinha de ser, porque o Município de Tavira era uma pessoa jurídica diferente da EMPET. -----

--- Tinha algum conhecimento de processos de execução fiscal, com o que tinha trabalhado anteriormente, e não percebia como se podia executar sem que houvesse uma citação. De qualquer modo também não estava mandatada para a consulta do processo. Tinha colocado várias questões ao Agente de Execução que esperava ver respondidas dentro de dias e tinha falado com o advogado da EMPET, Lopes da Costa, que também desconhecia a ação porque apenas podia se fosse mandatário com uma procuração. -----

--- Acrescentou que estavam a tentar perceber, e tinham catorze (14) dias para o fazer. No entanto existia algo que podia afirmar, era que na Câmara Municipal, não tinha a citação daquele processo e desconhecia como poderia ser executado e vendidos lotes sem haver uma citação, uma notificação. -----

--- Concluiu dizendo que tinha aquela dúvida que iria tentar esclarecer junto do Agente de Execução, bem como o que poderiam fazer. Não dizia que a tinha surpreendido pois sabiam da dívida à CCAM e que podia resultar numa execução. -----

--- Terminou informando que presentemente e assim que a ata estivesse registada o liquidatário executaria o seu trabalho, nomeadamente de modo a conseguirem fechar as contas que era o que também lhes interessava e posteriormente faria as diligências que entendesse necessárias para o processo de liquidação. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que se tinha entendido bem, o liquidatário que tinha sido nomeado, que também tinha sido apreciado em Assembleia Municipal, e já estava a tomar diligências sem ainda ter tomado posse. Ou seja, estava a tomar conhecimento, sendo que era o novo liquidatário. Assim, queria alertar os serviços de informática da Câmara Municipal de Tavira porque quem pretendesse investir no Parque Empresarial de Tavira e acesse ao site do Município, Parque Empresarial, para ver os lotes disponíveis, continuava a ter como representante Fernando Horta, bem como os seus contactos. -----

--- Pretendia que fosse anexado à ata da Assembleia Municipal um pedido de informação que enviava, por escrito, a solicitar resposta igualmente por escrito ao abrigo da alínea i) do ponto 1



do art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal “...cópia dos estatutos e de todas as atas das assembleias gerais da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., realizadas desde 2010 até à presente data” e que se encontra em anexo à presente ata como documento número três (3).-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, dizendo que fazia seus os cumprimentos já expressados pela Bancada do PSD, referiu que gostava de saber que diligências tinham sido efetuadas relativas ao encerramento da conduta de distribuição de água de Martinlongo – Santa Catarina uma vez que tinha conhecimento que a Presidente da Câmara Municipal integrava o Conselho Executivo das Águas do Algarve, S.A., reiterou que gostava de saber o que tinha sido realizado para que aquela situação se resolvesse em definitivo. -

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que por altura da aprovação da última concessão das Águas do Algarve tinha ficado estipulado que o que o Município de Tavira votava era no sentido da aprovação condicionada à extensão da rede de abastecimento público de Martinlongo a Cachopo. Tinha falado daquele assunto mais que uma vez como constava nas várias atas da Assembleia Geral. -----

--- Numa das últimas reuniões do Conselho de Administração em que estava previsto um pedido de prolongamento do prazo de concessão, tinha manifestado que Tavira iria novamente condicionar o seu voto a uma solução de abastecimento a Cachopo, porém gostava que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo a informasse qual tinha sido o resultado da reunião que tinha tido com o Conselho de Administração das Águas do Algarve, nomeadamente com a sua Presidente pois possivelmente também a poderia ter convocado para a reunião.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que o resultado era bastante simples. Não era da competência da Junta de Freguesia embora tentassem a todo o custo conseguir resolver as questões, no entanto tinha-lhes sido informado que não existia qualquer pedido ou comunicação relativamente aos vinte e oito (28) pontos em que não exista água na freguesia, e era o que o preocupava.-----

--- Provavelmente não deveria de estar ali a falar de uma reunião em que tinha estado, mas já que a Presidente da Câmara Municipal perguntava, voltava a responder que tinham sido informados que não existia qualquer pedido para os vinte e oito (28) pontos que não tinham água na Freguesia de Cachopo. Tinha-lhes sido informado de que não existia qualquer reiteração do encerramento da linha em alta, pelo que alguém estava a omitir algo, porque o certo era que Cachopo aguardava há mais de dez (10) anos ter água sendo presentemente a única freguesia do Algarve que não tinha qualquer ponto de distribuição de água. -----

--- O que tinham que perceber era que tinha solicitado às Águas do Algarve que marcassem uma reunião conjunta, que aguardava, no entanto reiterava a questão que tinha colocado e que era



sobre o que tinha sido efetuado até àquele dia. Aguardava também que fosse partilhada a documentação com a Junta de Freguesia de Cachopo para que todos seguissem no mesmo sentido e se resolvesse em definitivo um assunto que tinha mais de dez (10) anos. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que para pedir a água para os vinte e oito (28) pontos tinham de pedir para a Aldeia cuja solução tinha sido apresentada pelas Águas do Algarve ainda no tempo do Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho, que seria através de Martinlongo. Se assim não fosse, caberia às Águas do Algarve explicar como chegaria a água a Cachopo. Aquela questão já tinha sido abordada em mais do que uma reunião.-----

--- Terminou dizendo que relativamente aos outros pontos, não estava tratado porque ela começava sempre pelos alicerces e não pelo telhado, pelo que em primeiro lugar abasteciam a Aldeia e depois tentavam levar a água aos vinte e oito (28) pontos.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que, uma vez que se estava a aproximar o verão, queria questionar a Presidente da Câmara Municipal qual era a previsão da conclusão da intervenção do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) da Taviraverde pelo menos no centro da cidade e zona histórica e que tivessem em atenção a colocação de tudo exatamente como se encontrava antes. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o prazo já tinha terminado porque inicialmente pensavam que estaria concluída até ao final de abril, maio, pelo que deviam de estar mais adiantados na parte histórica sendo que a ideia era depois passarem para outras partes. Pensava que o prazo da intervenção PRR era fevereiro ou março de 2026, pelo ainda iriam ser executadas algumas intervenções em todas as ruas paralelas à Rua José Pires Padinha. -----

--- Relativamente à baixa da cidade, já devia de estar concluída, mas a obra tinha tido alguns problemas, como já todos se deviam de ter apercebido, havendo buracos que tinham sido abertos e fechados três (3) vezes devido a alguns problemas com a ligação e análises sobre higienização das condutas.-----

--- A Taviraverde estava completamente ciente por ela, que reiterava praticamente todas as semanas que, pelo menos o centro histórico deveria de estar concluído, no limite, até ao final do mês de maio, para tentarem limpar algum pó, e outros, que iam ficando.-----

--- Terminou dizendo que os meses de chuva não tinham ajudado a tapar alguns dos buracos.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que apenas pretendia informar que um dos vinte e oito (28) pontos era o circuito da Aldeia que representava três (3) povoações. -----

--- Acrescentou que já tinha percebido qual era a alusão que a Presidente da Câmara Municipal estava a fazer, que eram certamente os doze (12) montes que tinham ficado sem água no mês de agosto do ano transato, sendo que também gostava de saber qual era a resposta que tinham para



aqueles povoações em virtude de estarem quase no mês de maio e poderem estar em agosto com outro problema de falta de água, novamente em contínuo. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que em Tavira se tinha vindo a assistir progressivamente a uma situação sobre a qual pensava ter de existir alguma ação, que desconhecia se havia, se houvesse tanto melhor. Referia-se à questão dos veículos estacionados na via pública que nitidamente estavam fora de circulação havia bastante tempo e que causavam diversos problemas com alguma incidência junto ao Bairro Jara e outras zonas. Considerava que era importante resolver aquela questão verificando quais efetivamente circulavam e quais estavam fora de circulação e a ocupar indevidamente a via pública. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que o Deputado Municipal Jorge Corvo se estava a referir maioritariamente à zona junto ao Pingo Doce que consistia um grande foco. Estavam a trabalhar naquela questão, tentando sensibilizar, e muitos veículos eram das oficinas que, caso não entendessem, emitiriam uma notificação de abandono de viaturas através de um edital normal, sendo que, pensava que em trinta (30) dias, seriam removidos. Possivelmente teriam que contratar serviços mas estava pensada uma ação relativamente à qual tinham vindo a trabalhar com a Polícia de Segurança Pública (PSP), não estava certa se também com a Junta de Freguesia, mas tinham vindo a insistir através de Divisão de Mobilidade. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que não tinha obtido resposta relativamente às doze (12) povoações, no entanto pretendia abordar outra questão. -----

--- No ano de 2021 tinha remetido uma informação que lhe parecia preocupante para o Município e que se referia a uma linha elétrica que tinha mais de cento e cinquenta (150) pontos de contacto com árvores. -----

--- Naquele ano não lhe tinham respondido, como tinha acontecido em 2022 e relativamente à última correspondência eletrónica que tinha enviado em 2023. Assim, gostava de saber que diligencias tinham sido tomadas para a resolução daquela situação visto estarem em risco iminente de incêndio, de poder provocar uma catástrofe e de estar entre duas (2) povoações que rapidamente seriam apanhadas por algum tipo de catástrofe que estivesse relacionada com incêndios. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que não se recordava da comunicação de 2021 mas sim de 2023 e 2024 sendo que tinha a ideia de que tinha passado por ela e remetido para a Divisão de Projetos Energia e Obras Municipais (DPEOM) para que o engenheiro Rui Dias tomasse as devidas diligencias para a elaboração das faixas de gestão de combustível. Na altura em que tinha despachado o documento, tinha ficado na dúvida se seria assunto da Distribuição de Energia



Elétrica em Portugal (E-REDES) ou da Redes Energéticas Nacionais (REN), tendo mesmo colocado aquela questão no despacho. -----

--- Concluiu dizendo que se recordava perfeitamente de ter pedido para verificar se o assunto era da REN ou da E-REDES de modo que fossem realizadas as limpezas que eram devidas, que constituíam uma obrigação legal. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** esclareceu que era uma responsabilidade da REN mas que não havia limpeza possível. Aqueles pontos que tinha acabado de citar, eram contactos com sobreiros, com uma densidade avolumada, pelo que ou a localização da linha era alterada, como tinha solicitado na correspondência que tinha remetido que continha um estudo prévio para a alteração para uma localização mais limpa, ou não existia possibilidade de resolução do problema porque estavam a falar de uma espécie altamente protegida por Lei e, portanto, não podia ser abatida tão facilmente. -----

--- Assim, esperava que os serviços tomassem as devidas providencias até porque podiam limpar num dia mas no ano seguinte o problema seria o mesmo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou que tinha remetido o documento para que o engenheiro tentasse articular, sendo que nada impedia que a REN pedisse autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para ser efetuado algum desbaste aos sobreiros, recolocar a rede mais alta se houvesse aquela possibilidade ou relocará-la. -----

--- De qualquer modo, o Deputado Municipal Rafael Dias sabia tão bem como ela que não era uma questão de fácil resolução e que implicava pareceres de algumas entidades. -----

--- Tinha tomado a devida nota e no dia seguinte falaria com o engenheiro Rui Dias no sentido de saber se já tinha colocado a questão por escrito pois não se recordava de ter assinado qualquer ofício com aquele pedido. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que pretendia alertar quem geria o *Facebook* do Município porque, misteriosamente, tinha desaparecido o vídeo da última Assembleia Municipal. Os anteriores estavam, mas aquele tinha desaparecido. -----

--- Pretendia alertar porque muitas pessoas não viam as assembleias municipais no próprio dia, mas posteriormente. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que reiterava o pedido de resposta à questão dos doze (12) montes, para saber o que respondia àquelas pessoas. Tinha enviado um correio eletrónico em 18 de novembro de 2021, sendo que o último sobre o mesmo assunto, tinha sido remetido em 2024. -----

--- Relativamente ao pavê para as cinco (5) ruas da Aldeia de Cachopo, requeria uma resposta rápida, de sim ou não, sendo que considerava que já poderiam ter avançado para outro tipo de

solução. Reiterava o pedido de resposta pois considerava que o alcatrão remendado era ligeiramente pior do que qualquer outra solução que pudesse vir a ser adotada no futuro. Assim, agradecia que lhe respondessem ao *email* que tinha enviado. -----

--- Questionou sobre o que poderiam transmitir às doze (12) povoações das quais três (3) tinham de ter transporte de água constante para os montes porque todas as semanas tinham que repetidamente fazer investimento do erário público para poderem levar água àqueles montes. ----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente ao pavê, a DPEOM já tinha emitido parecer no sentido de não ser colocado e que fosse encontrado um tipo de solução que mantivesse mais a identidade da Aldeia de Cachopo. Se não tinha sido respondido ainda, já tinha passado por ela, pelo que seria remetido. -----

--- Quanto aos pontos de água, qualquer investimento seria sempre do erário público, quer levando água ou alargando a rede. -----

--- Tinham de perceber o custo do alargamento da rede e quantas pessoas iria abastecer porque um alargamento da rede tinha um custo entre os dois (2) e três milhões de euros (€ 3.000.000,00) para abastecer dez (10) pessoas. Assim, o que tinham vindo a tentar era encontrar soluções para que aquelas pessoas tivessem abastecimento de outra forma, nomeadamente através do tratamento dos fontanários que era algo que estavam a estudar, ver onde era possível porque nem todos os montes tinham água pelo que teriam de continuar a abastecê-los através de transporte regular de camiões. -----

--- Pretendia acrescentar e complementar o que o Deputado Municipal José Graça tinha referido e fazer também um agradecimento ao motorista da Câmara Municipal, nomeadamente ao que conduzia o camião que tinha o tanque de água que, no dia anterior, tinha andado todo o dia a tentar abastecer os pontos de água em que tinha faltado. Assim, queria estender o seu agradecimento a ele porque tinha andado, praticamente dez (10) horas a tentar que a água não faltasse como também fazia muitas vezes durante todo o verão, com várias viagens. -----

--- Concluiu dizendo que onde não existiam fontanários a situação era difícil pois não lhe parecia que encontrassem outra solução que não fosse a distribuição de água via camião. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** disse que considerava que a Junta de Freguesia de Cachopo sempre se tinha mostrado como parceira e nunca como um impedimento. -----

--- Em 04 de março do presente ano tinham remetido um documento elaborado toscamente porque não tinham serviços técnicos qualificados, com uma solução cujo custo não representava qualquer valor para o erário público mas resultava do Decreto-Lei 18/2024, pela compensação de uma das muitas linhas que atravessavam a freguesia e que podiam ser utilizadas para um bem maior. -----



--- Pensava que seria de aproveitar aquela linha, que o projeto deveria ser elaborado o mais rapidamente possível, sendo que se não conseguissem resolver os doze (12) montes, poderiam resolver seis (6), mas pelo menos resolveriam algum.-----

--- Terminou dizendo que lhe cabia informar que o Monte da Ribeira continuava com um dumper da Junta de Freguesia com um depósito de metal que era reabastecido todas as semanas pelo motorista que levava a água àquele mesmo depósito. Considerava que as condições de segurança não estavam salvaguardadas naquele caso.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o que o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo tinha proposto estava a ser avaliado, estando a ser estudado fazer uma rede de água dos fontanários. Contudo aquela rede de água não podia ser uma rede de abastecimento público porque carecia do devido tratamento e, portanto, poderiam resolver algumas questões mas tinham de estar certos de que não havendo tratamento daquela água, esta não podia ter consumo público.-----

--- Terminou dizendo que estavam a avaliar como podiam resolver e tentar verificar se existiam alguns pontos mais críticos onde poderiam ter capacidade para tratarem a água. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não existirem mais intervenções passou a palavra à Presidente da Câmara Municipal para que fizesse a apresentação da informação da atividade municipal. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por falar das exposições que já tinham, nomeadamente as exposições permanentes, "*Tavira Islâmica*" no Núcleo Islâmico, "*Dieta Mediterrânica – património cultural milenar*" e a exposição "*Do Barro à Roda do Oleiro: As cerâmicas da Rua das Olarias*". -----

--- Tinham inaugurado no mês de abril e estava patente até setembro, uma nova exposição, "*Chuva de Verão*" que estava relacionada com a apresentação de obras de arte contemporânea da coleção do Estado. -----

--- Realizou-se a "*Semana da Leitura*", os "*Diálogos da Liberdade*" e o "*Sol de Inverno*" -----

--- Também tinha acontecido a "*Maré de Contos 2025*" com a realização de trabalhos com as escolas e alguns eventos durante a semana de 16 a 22 de março. -----

--- Mantiveram-se as atividades do Museu Municipal de Tavira, nomeadamente os "*Passeios na História de Tavira*" que tinham sempre muita adesão. -----

--- Para comemorar o Dia Mundial do Teatro tinham tido a "*Oficina de teatro 2024/2025*" organizada pela Armação do Artista – Associação Artística, Cultural e Desportiva. Tinha-se também realizado o "*26.º Encontro Artístico de Tavira*" que já contava com vinte e seis (26)

edições e eram organizadas pela Sociedade Orfeónica de Armadores de Música e Teatro de Tavira. -----

--- Os Serviços Educativos da Biblioteca Municipal tinham realizado alguns momentos dedicados às crianças, nomeadamente no Dia Internacional do Livro Infantil com *“Uma noite na Biblioteca”*. No Museu Municipal de Tavira tinha-se realizado as *“Férias da Páscoa no Museu”* também dedicado às crianças. -----

--- Tinham acontecido alguns concertos e a rubrica *“Encontro com autores”*. -----

--- O Carnaval Infantil era sempre um momento de alegria e divertimento. -----

--- Tinham-se realizado Bailes de Carnaval no Mercado da Ribeira. -----

--- O Município de Tavira tinha marcado presença na BTL onde tinham apresentado o novo Site dedicado ao Turismo, o *“visitartavira.pt”*, bem como a programação cultural no âmbito do *“Tavira todo o Ano”*. -----

--- Para as Comemorações do Dia Internacional da Mulher tinham tido uma exposição *“Contra-corrente”*, a apresentação do livro *“A Beleza das Pequenas Coisas”* de Bernardo Mendonça e com a presença de Isabela Figueiredo. Tinha-se realizado no Clube Tavira uma conversa *“Mulheres de ontem e hoje”*, intergeracional e muito interessante. Também tinha havido, naquele mesmo dia, um evento no Mercado Municipal. Ela e a Vereadora entregaram às colaboradoras do Município uma flor e, no corrente ano, os vereadores também se tinham juntado. -----

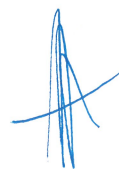
--- Na Semana Santa tinha-se realizado várias procissões, do Triunfo, do Enterro do Senhor, várias *“Via-Sacra”* e outras celebrações que tinham decorrido durante toda a semana. A Procissão da Ressurreição e um magnifico Concerto de Páscoa pela Orquestra do Algarve, na Igreja da Nossa Senhora do Carmo. -----

--- Tinham decorrido as Comemorações do 25 de Abril com a Mostra da Primavera, o Hastear das Bandeiras, a Sessão Solene, os concertos e vários momentos de programação cultural para as crianças que também tinham acontecido durante o fim de semana para comemorarem a democracia em liberdade. Tinham terminado com a D'Dance Cia que tinha preparado um espetáculo para a liberdade e para os jovens, que tinha sido muito bom, relativamente ao qual pretendia felicitar a professora Joana. -----

--- Passando ao Desporto tinham tido vários eventos. -----

--- O Campeonato Regional de Absolutos e Adaptada, natação, o Super seminário de Artes Marciais e o MOVE.TAVIRA cuja caminhada para celebrar o Dia da Mulher resultava de uma parceria com a Associação Oncológica do Algarve que já era habitual. -----

--- Tinham-se realizado o Algarve Bike Challenger na sua 11.ª Edição, a 19.ª Edição das Abas da Geadá em Santa Catarina da Fonte do Bispo, a 7.ª Edição UKA Cup que era um evento de Karaté



organizado pelo Clube Karaté de Tavira, o 1.º Torneiro Tavira Cup que tinha acontecido na Semana da Páscoa organizado pelo Ginásio Clube de Tavira, no Estádio do Ginásio, o Campeonato Nacional de Show e Precisão que tinha ocorrido no final de semana anterior no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho e que tinha sido realmente extraordinário, e a III Maratona BTT Cidade de Tavira organizada pelo Clube de Vela de Tavira.-----

--- Quanto a outros eventos, iniciativas, tinham tido a apresentação e início de discussão pública do Plano Municipal de Ação Climática que deveria de ser apresentado na Assembleia Municipal seguinte.-----

--- Tinham inaugurado o Centro de Meios Aéreos de Cachopo e comemorado o 137.º Aniversário dos Bombeiros Municipais de Tavira.-----

--- Tinham-se realizado as comemorações do Dia do Combatente e o 107.º aniversário da Batalha de La Lys.-----

--- Na Biblioteca Municipal realizou-se uma Conferência Organizada pelo Turismo do Algarve sobre o tema “*Impulsionar o turismo: Linhas de Financiamento e Programa Empresas Turismo 360º*”, para divulgar os apoios do turismo.-----

--- O Centro de Ciência Viva de Tavira tinha organizado Oficinas – Férias da Páscoa.-----

--- Passando ao tema de obras e urbanismo, a Presidente da Câmara Municipal informou que estavam em procedimento as “Medidas de Autoproteção do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho”. A primeira empreitada tinha ficado deserta, como tal tiveram que lançar novamente o procedimento para a empreitada de “*Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas – Conceição de Tavira*”, que pensava já estar cabimentada faltando apenas lançar na plataforma.-----

--- Estava também em procedimento as “*Obras de Conservação da Igreja Paroquial de Cabanas*” que, pensava já ter assinado o contrato, pelo que seria apresentado o Plano de Trabalhos.-----

--- Quanto à “*Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente*” pensava que iria começar durante o mês de maio. Já tinha o Visto do Tribunal de Contas, e também o Plano de Segurança e Saúde (PSS) já tinha sido apresentado e entregue, portanto pensava que estavam finalmente em condições de começar.-----

--- Também já tinham o relatório final das “*Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho - Estradas e Caminhos Municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão e na Freguesia de Tavira*” que tinha validado naquela semana.-----

--- Estava também em procedimento a “*Reposição da Legalidade Urbanística – Execução Coerciva (Processo Administrativo 48/17) no sítio de Montes e Lagares – Santa Catarina da Fonte do Bispo*”

– *Tavira*” que resultava de um processo que tinham em Tribunal de demolição de um pequeno espaço. -----

--- Não estava certa se já tinham o contrato referente ao *“Centro Coordenador de Transportes - Caracterização geológica-geotécnica”*. -----

--- Também estava em procedimento a *“Instalação de contentorização subterrânea na Atalaia”*. --

--- O concurso para a empreitada *“Intervenção no Pavilhão Desportivo da Luz de Tavira”* tinha ficado deserto, não tendo sido recebidas propostas, contudo como algumas pessoas diziam a Câmara Municipal não fazia nada. -----

--- O concurso para a empreitada de *“Execução de edifícios de serviços de saúde em Tavira, Unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatório e sede do ACES Sotavento”* tinha como data-limite para a entrega de propostas o dia anterior, todavia devido ao facto de não ter havido eletricidade, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, tinham prorrogado o prazo pelo que terminaria no dia seguinte, esperando receber propostas. ----

--- A *“Empreitada de intervenção no Polidesportivo da Bela Fria”* estava em fase de assinatura de contrato. -----

--- A *“Intervenção no Passadiço de Cabanas”* já tinha relatório final. -----

--- Estava em curso o *“Aproveitamento de água para Fins não Potáveis”*. -----

--- A *“Requalificação do espaço envolvente ao Polidesportivo da Conceição”* estava em execução sendo que previa que se atrasasse um pouco. -----

--- Estava a decorrer a *“1.ª FASE - Obras de Manutenção, Conservação e Restauro na Cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira”*. -----

--- O *“Fornecimento e Colocação de Placas Toponímicas no Concelho de Tavira – 8.ª fase”* resultava de um procedimento em contínuo. -----

--- Como alguns vaticinavam que aconteceria, não tinham deixado cair a muralha pelo que estava a decorrer a *“Empreitada de conceção-construção para a reabilitação de troços da muralha do Rio Gilão, em Tavira”*. -----

--- Estavam a ser elaborados em diferentes espaços os *“Estudos geológicos/geotécnicos em Tavira e Santa Luzia”*. Em Tavira era no Parque Verde do Séqua e em Santa Luzia referia-se ao Pavilhão que estava previsto e no que estavam a trabalhar e, sobretudo, a parte da zona desportiva anexa á cobertura do Polidesportivo. -----

--- Também tinha a decorrer a *“Intervenção nos espaços exteriores da EB n.º 2 de Santa Luzia-OP2020”*. Aquela obra era resultante de uma proposta do Orçamento Participativo 2020 e esperava que ficasse concluída no mês de maio seguinte. -----



--- A “Valorização paisagística dos logradouros dos lotes 15 e 28 da Rua José Oliveira em Santa Luzia” estava a ser realizada pelo mesmo empreiteiro da Conceição.-----

--- O “Centro de Meios Aéreos de Cachopo” estava praticamente em fase de conclusão. Tinham de ser executados uns arranjos na pista para a receção provisória da obra.-----

--- Pretendia informar sobre o ponto de situação da “Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro”. Na semana anterior tinha sido efetuada a vistoria pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) tendo sido pedidos alguns documentos que tinham de ser assinados pelo empreiteiro porque estavam relacionados com termos de responsabilidade de alguns materiais aplicados. Presentemente e considerando que não tinham sido levantados problemas de maior por parte da ANEPC, consideravam que podia prosseguir.-----

--- Após aquela vistoria tinham ainda mais duas ou três semanas de montagens dos equipamentos e proceder às limpezas que, embora já tivessem sido efetuadas, pela necessidade de voltarem a mexer nas condutas do AVAC tinha que ser feita de uma limpeza adicional, que uma vez terminada, estariam em condições de inaugurar o Cine Teatro e receber os espetáculos que tanto desejavam e ambicionavam.-----

--- Pretendia, pois, dar nota pública para quando questionados sobre o ponto de situação do Cine Teatro não dissessem que desconheciam após terem sido informados quanto à situação e como estavam a decorrer. Pedia a todos para que não fizessem conversas desalinhas pois tinham ouvido o ponto de situação que podiam explicar e replicar.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não existirem intervenções relativas à informação da Presidente da Câmara Municipal referiu que iam entrar na Ordem do Dia.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número um da Ordem do Dia, relativo à Proposta 54/2025/CM – Versão Final do Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU) do Município de Tavira.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que existia um Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) que tinha sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros de 24 de março de 2023 e que, basicamente, estipulava que tinham de ser reduzidas as metas referentes aos resíduos sólidos, nomeadamente a nível nacional. O compromisso era de reduzir até 2035 os resíduos depositados em aterro de cinquenta e seis por cento (56 %) para dez por cento (10 %) em 2035 e, relativamente à reciclagem, passar dos trinta e dois por cento (32 %) para os sessenta e cinco por cento (65 %) em 2035. Aquelas eram as metas nacionais definidas na Resolução do Conselho de Ministros.-----

--- O Município de Tavira, e de acordo com o documento que apresentavam, também não apresentava um valor muito bom porque tinham uma meta de quarenta e nove por cento (49 %)



da deposição em aterro para o ano 2020 e o resultado tinha sido de sessenta e nove por cento (69 %). Quanto à reciclagem, tinham uma meta de cinquenta por cento (50 %) e encontravam-se nos trinta e dois por cento (32 %), pelo que, infelizmente, ainda tinham um longo caminho a percorrer. Aquela situação não acontecia apenas em Tavira, mas em todos os concelhos do Algarve. -----

--- O PERSU também apresentava a necessidade de os municípios definirem um Plano de Ação para que pudessem cumprir as metas estipuladas de modo que o desígnio nacional fosse integralmente cumprido. -----

--- O que apresentavam era a versão final do Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU) de Tavira que continha medidas e providências a tomar de modo a conseguirem realmente melhorar. Tinha vindo a realizar algumas ações sendo que naquele documento ficava plasmado o caminho que tinham de seguir até 2030 para realmente atingirem as metas propostas. -----

--- O Plano tinha tido um período de discussão pública, pelo que aquela era a sua versão final que também resultava de uma obrigação legal e consistia num apelo que faziam e na necessidade de incutir em todos o cumprimento daquelas metas nacionais e locais. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou à votação a Proposta 54/2025/CM – Versão Final do Plano de Ação de Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PAPERSU) do Município de Tavira, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **Passou ao ponto número dois, referente à Proposta 59/2025/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão Operacional.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que se tratava de um pró-forma. Cabia à Assembleia Municipal designar os membros do júri para os cargos de chefias, de direção intermédia, no caso o Diretor de Departamento de Sustentabilidade e Gestão Operacional. -----

--- A proposta era que o Presidente do Júri fosse o Diretor de Departamento da Câmara Municipal de Albufeira, Paulo Azevedo, e os membros efetivos, João Lopes, Professor da Universidade do Algarve e Cristina Neto, Diretora do Departamento Sócio Cultural do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a Proposta 59/2025/CM – Júri para o procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão Operacional a votação, que foi aprovada por unanimidade.** -----



--- Passou ao ponto número três, referente à Proposta 79/2025/CM – Contrato programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que aquele assunto já não era novo para a Assembleia Municipal pois todos os anos era celebrado um Contrato Programa entre o Município e a UAC para que a Associação pudesse desenvolver algumas das suas atividades, nomeadamente, o que organizava com maior visibilidade, a Feira de Noivos, a Feira de Stocks que acontecia no final do verão na baixa da cidade, mas também organizavam sempre algumas ações no Natal, no Dia dos Namorados, no Dia da Mãe, no Dia do Pai, e outras junto ao comércio local.

--- Infelizmente a Associação não tinha tantos sócios nem a dinâmica que ela gostaria que tivesse, no entanto considerava essencial no que tinha vindo a realizar, como o Desfile de Moda que também era organizado pela Associação. Era a fórmula que usavam, que estava ao seu alcance, para tentarem divulgar o comércio de Tavira, pelo que o contrato era para mais um ano e, pensava, que o valor era o mesmo do ano anterior. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando não existirem intervenções, colocou a votação a Proposta 79/2025/CM – Contrato programa entre o Município de Tavira e a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número quatro, referente à Proposta 92/2025/CM – Prestação de Contas de 2024.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que era mais um documento de Prestação de Contas, do ano 2024, que, como todos sabiam, era um documento bastante técnico onde constavam todos os documentos financeiros do Município e, também, obviamente, questões sobre a execução orçamental.-----

--- Pretendia dar algumas notas que estavam genericamente relacionadas com as receitas e as despesas. Tinham executado noventa e nove, cinquenta e quatro por cento (99,54%) das receitas. Tinham um Orçamento de sessenta e quatro milhões e quinhentos mil euros (€ 64.500.000,00) e tinham conseguido cobrar receita no valor de cerca de sessenta e quatro milhões e duzentos mil euros (€ 64.200.000,00).-----

--- Na rubrica da receita, quer do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) quer do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) que se constituíam como as grandes receitas municipais, o IMI tinha sofrido uma queda de cerca de quinhentos mil euros (€ 500.000,00) e o IMT de cerca de setecentos mil euros (€ 700.000,00) por força do trabalho que

tinham vindo a realizar há alguns anos e que, no corrente ano, 2025, atingiriam a taxa mínima de IMI que tinham vindo a baixar progressivamente. -----

--- Obviamente que também tinha havido uma quebra na receita referente à participação fixa no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS). O máximo que os municípios podiam aplicar aos seus munícipes que pagavam IRS era cinco por cento (5 %), no entanto o Município de Tavira tinha prescindido de dois e meio por cento (2,5 %) recebendo apenas dois e meio por cento (2,5 %). -----

--- Porque eram alvo de muitas críticas quanto aos prazos de apreciação dos processos de obras, queria dar nota de uma taxa que tinha baixado consideravelmente. No ano em apreço tinham recebido mais cerca de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) de taxas referentes aos loteamentos e obras, o que era resultado da apreciação de muitos mais processos com margens de resposta muito mais pequenas. Não querendo estar ali a enaltecer, queria dizer que no dia anterior tinha tido uma reunião sobre um projeto e o promotor tinha-lhe dito que tomara que todas as câmaras municipais fossem como a Câmara de Tavira, referente a um processo que se tinha iniciado em 2018. Trava-se de um grande projeto da Tavipesca-Companhia de Conservas a Tavirense, Lda. que tinha tido impacto ambiental e outros pareceres, tendo envolvidas três (3) ou quatro (4) entidades e, presentemente estava em fase final de licenciamento. O promotor tinha acrescentado que no que se referia ao Município de Tavira, tinha sido um enorme gosto trabalhar com o Município, o que a tinha enchido de orgulho. Eram muito críticos quanto àquele tema mas certamente que para assistirem aquele aumento no valor, teria sido porque tinham despachado muitos mais processos de urbanismo. -----

--- Relativamente à despesa corrente, tinha aumentado. Tinham executado cerca de setenta e oito por cento (78 %) da despesa corrente e cerca de quarenta e dois por cento (42 %) da despesa de capital. A despesa corrente era ligeiramente superior à do ano transato e a de capital, ligeiramente inferior. A despesa corrente era superior muito por força das despesas com pessoal pois tinham mais funcionários, tinha havido várias valorizações remuneratórias, tinham ingressado Bombeiros Municipais, recrutas, o que tinha resultado num acréscimo grande em custos de formação porque a formação dos bombeiros era paga. -----

--- No que se referia à aquisição de bens e serviços, praticamente quase todas as rubricas tinham subido, o que era resultado dos encargos com as instalações que tinham aumentado como era o caso da água, da energia, do gás e também dos trabalhos especializados. Era pela total transparência, e como tinha dito no 25 de Abril, o acréscimo também se devia ao facto de estarem a contratar os projetos de arquitetura e engenharia porque não tinham capacidade para os elaborar e, por outro lado, também tinham contratado trabalhos especializados para a



Exposição de Balsa o que, obviamente fazia aumentar aquele valor que também não era tão habitual estar em “Outros”.-----

--- Relativamente à despesa de capital, com muita pena sua, tinha caído ligeiramente, mas era resultante da burocracia existente nos processos. Para exemplificar, tinham lançado no ano transato, junho ou julho, a Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo cuja empreitada apenas iria iniciar-se no mês de maio seguinte o que significavam nove (9) ou dez (10) meses. Se contratassem também o projeto e as especialidades necessitavam entre dois (2) a três (3) anos porque os processos eram extremamente burocráticos. -----

--- Depois, tinham ainda a situação dos concursos que ficavam desertos, o que também atrasava. Já tinha ali falado do Passadiço de Cabanas que tinha sido lançado pela segunda vez, a Requalificação do Polidesportivo da Bela Fria, pela terceira vez, e o Centro de Saúde de Cabanas ia ser lançado pela segunda vez.-----

--- Tinha várias obras e reconhecia que o Governo tinha todo um processo burocrático, mas não havia outra forma de fazer senão, rever os preços e lançar novamente os concursos como também tinha acontecido relativamente ao Pavilhão da Luz de Tavira.-----

--- Aquelas situações faziam com que a despesa derrapasse no tempo porque tinham de voltar ao início do processo para além dos três (3) meses que estava na plataforma sem terem propostas, o tempo para descabimentar e descomprometer. Outra questão que também acontecia e fazia com que os prazos das empreitadas derrapassem era a justificação apresentada pelos empreiteiros de falta de mão de obra e de materiais, que continuava a acontecer.-----

--- O Município de Tavira encontrava-se equilibrado de acordo com o estipulado na Lei 73/2013 pelo que ainda tinham alguma margem. -----

--- O Saldo de Gerência tinha sido de vinte milhões, duzentos e oitenta e seis mil e duzentos e oitenta e seis euros (€ 20.286.286,00) sendo ligeiramente inferior ao ano anterior que tinha sido de praticamente vinte e três milhões de euros (€ 23.000.000,00). -----

--- Os indicadores do Município apresentavam uma elevada cobertura do passivo. -----

--- Tinha uma demonstração de resultado líquido negativa que, como já ali tinha explicado várias vezes, não estava relacionado com uma performance negativa mas com as amortizações de bens do domínio público.-----

--- Nos anos 2009, 2010, quando tinha tomado posse, tinha sido elaborada a avaliação dos bens do domínio público tendo sido todas integradas no património. Tinha sido avaliadas as estradas, as condutas de água e outras, sendo as amortizações efetuadas nos vários anos. As amortizações eram consideradas custos contabilísticos o que fazia com que o resultado líquido do exercício fosse grande porque normalmente os valores das amortizações superavam os resultados

operacionais. -----

--- A dívida tinha voltado a diminuir sendo, no momento, cerca de três milhões de euros (€ 3.000.000,00) de dívida de médio e longo prazo pelo que tinham capacidade financeira para as intervenções que tinham para lançar e que também constavam no relatório, que eram os objetivos que tinham. Para além da empreitada de cerca de dez milhões de euros (€ 10.000.000,00) para a Unidade de Consultas Externas para a qual esperava ter proposta no dia seguinte e pudessem adjudicar, tinham também todas as restantes que já ali tinha falado. Na semana anterior tinha recebido os projetos de arquitetura e especialidades para as vinte e quatro (24) casas de habitação social em Cabanas de Tavira. Também estavam a lançar uma parte dos setenta e dois (72) fogos do loteamento cujo terreno tinham adquirido no ano anterior, e que também estava avaliada num montante elevado. -----

--- Terminou dizendo que, basicamente, eram aquelas as informações que queria dar, que pensava não ter esquecido nada, mas obviamente que estava ali ao dispor para o que entendessem perguntar. -----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** disse que pretendia começar por agradecer a transparência que a Presidente da Câmara Municipal falava porque se tratava de um documento bastante robusto, uma leitura leve dos últimos dias e, portanto, bastante interessante. -----

--- No entanto, conforme vinham a assistir nos últimos anos, tinha mesmo de agradecer a total transparência porque ajudava a verificar algumas evoluções e, portanto, dizer que no corrente ano, de forma positiva dizia-se que se tinha atingido o pico quanto à despesa corrente, mais de oitenta por cento (80 %) da despesa total, o que lhes causava preocupação, que já ali tinham manifestado. Relativamente à questão da despesa prevista e executada era necessário criar uma forma para cumprir o equilíbrio orçamental. Verificando o quadro do previsto e do executado, era muito diferente. O que estava a mencionar era o que estava escrito, sendo que ele apenas estava a interpretar os dados. -----

--- Uma questão que os alarmava era o crescimento da receita corrente ser de zero, trinta e nove por cento (0,39 %) e as despesas correntes serem de catorze, sessenta e um por cento (14,61 %) mesmo sabendo dos custos de energia, da inflação e outros, que tinham de acompanhar, mas chamavam à atenção para aquela questão. -----

--- Existia naquele documento um conjunto de pormenores pois umas vezes os dados contidos em algumas tabelas não estavam repercutidos em gráficos, nem o que estava escrito por baixo e, existiam valores que eram diferentes em outros gráficos. Existiam dois (2) ou três (3) exemplos ao longo do sumário, bem como outras questões. Não se referia à tecnicidade do documento mas a uma questão de brio ao elaborar um documento daquela envergadura e com tanta importância,



pelo que estar a utilizar boletins económicos do ano anterior, falar de eleições legislativas do ano anterior mas também das atuais relativamente a um documento do exercício anterior. Percebia que se tratava apenas do sumário mas considerava que faltava um pouco de brio.-----

--- Sabia, e já tinha sido incomodo no ano anterior, mas ia voltar a referir que desde que a Presidente da Câmara Municipal era Presidente de Câmara, os impostos diretos pagos pelos tavirenses tinham subido cinquenta pontos percentuais (50 %) e, no presente mandato, vinte e três por cento (23 %), o que considerava mais uma vez que era um valor demasiado elevado, o que lhes causava alguma preocupação. -----

--- Para terminar disse que durante aquela reflexão e leitura tinha encontrando uma frase, no próprio documento da Câmara Municipal, do próprio Executivo Municipal, que também os alarmava um pouco, e que passava a citar: *“Em termos de rentabilidade verifica-se um agravamento em virtude do pior desempenho operacional”*. Gostava do uso do termo, do agravamento porque tinha havido um aumento de rentabilidade e, portanto, faziam um mea-culpa por aquilo que não estavam a ser capazes de executar.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que lido aquele documento que o Executivo Municipal apresentava naquela Assembleia Municipal, existiam duas (2) ou três (3) certezas que estavam bem patentes para quem seguia, não de uma forma mais técnica, mas mais política, mais prática, a atividade do Executivo Municipal. -----

--- Sem aquela visão contabilística que era do gosto de muitas pessoas e sabendo que o Município de Tavira prezava ter as contas certas, como já ali tinha sido referido, por apresentar documentos cujo rigor e a transparência eram *“à prova de bala”* gostava de evidenciar que consecutivamente desde o ano de 2010 tinham vindo a reduzir de uma forma sustentada a carga fiscal que era da responsabilidade do Município e na qual podia intervir, tendo iniciado com a Derrama, passando pelo IMI e, numa fase mais adiantada do processo para o IRS, sendo que também tinha sido adotado o IMI Familiar. -----

--- Independentemente daquela redução progressiva de impostos, como era evidente, o Município tinha mantido o equilíbrio financeiro e, em simultâneo, um conjunto de políticas de carater social que lhe aprazia registar e sublinhar. -----

--- Depois, apesar de todas as crises pelas quais tinham passado, a crise financeira no início da década anterior, a Covid no início da atual, existia uma constância no Município de Tavira que ninguém podia colocar em causa. O Município nunca tinha deixado de fazer investimento público sendo que o que constava naquele relatório era disso evidência. -----

--- Para além do investimento público que tinha vindo a manter-se ou a renovar um conjunto de atividade, Tavira continuava a ser uma cidade atrativa e existia uma constância que tinham de manter pensando que era uma aposta ganha, tendo, por isso, que ser perpetuada.-----

--- Tinham de apostar na valorização do imenso património edificado que tinham na cidade, numa aposta séria no património que os antecessores tinham deixado e, relembra o magnifico trabalho que estava a ser realizado na Igreja de Santa Maria do Castelo que não sendo um edifício do Município, da Comunidade Paroquial de Tavira ou da Diocese do Algarve, era o Município de Tavira e a Comunidade Paroquial que o tratavam. Infelizmente, havia mais de uma década que aquele edifício estava classificado pelo Estado como sendo de intervenção prioritária mas era o Município de Tavira que tinha liderado o seu processo de recuperação, quer do património móvel cuja intervenção não tinha terminado há muito, com o apoio de Fundos Europeus, quer com o investimento que estava presentemente a realizar no centro da cidade. -----

--- Aquele era um tipo de investimento que não podia parar, sendo que Tavira tinha muito para fazer e, estavam certos, de que o Município não o deixaria de executar. -----

--- Porque tinha terminado havia pouco tempo, queria destacar a magnifica exposição que tinha sido dedicada à memória da presença romana no sul da Península Ibérica com a Exposição Balsa – Cidade Romana que para além de conter alguns achados na região tinham também outros patrimónios de outras entidades que tinha sido possível reunir naquele espaço. Convidava todos os que não tinham tido oportunidade de estarem na inauguração, mas também na primeira presença da coleção de Arte Contemporânea do Estado, no Sul do País.-----

--- O facto de o Património Cultural ter escolhido o Município de Tavira e, mais concretamente, o Museu Municipal de Tavira para que aquela exposição pudesse rodar o país, dava um sinal de marca de Tavira e do trabalho que os técnicos do Município e também o Executivo Municipal tinham efetuado, tendo merecido aquela prova de confiança por parte das instituições públicas para aquela exposição se realizar no Algarve.-----

--- Outro assunto que pretendia abordar eram as obras que o Município tinha concluído ao longo do ano em apreço e que eram um conjunto de empreitadas, já referidas pela Presidente da Câmara Municipal que não podiam deixar de sublinhar, mais uma vez com carater social, nomeadamente, a valorização dos espaços exteriores da Atalaia, uma intervenção que era há muito tempos reclamada por muitos e, a Construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo que era o sonho das pessoas de Tavira mas também dos agentes de Proteção Civil, fruto da Cooperação Transfronteiriça que os agentes de Proteção Civil vinham desenvolvendo e consolidando ao longo dos anos.-----



--- Por outro lado, considerava que era um orgulho para todos verem o que tinha sido apresentado como empreitada concluída, a Requalificação das Frentes Ribeirinhas, mas sabiam que o Município já estava a intervir no outro lado do rio, nomeadamente no reforço da muralha e também a preparar novos projetos no Parque Verde do Séqua através do levantamento geotécnico que ali tinha sido apresentado na primeira parte dos trabalhos. -----

--- Não podia deixar de referir, apesar de não ser uma intervenção direta do Município passava pela concessão que o Município tinha aprovado, a Requalificação do Parque de Campismo na Ilha de Tavira e a abertura ao público, no mês de junho seguinte, pelo que circulava publicamente. ----

--- Uma intervenção da qual muito se tinha falado e muitos diziam que não iria ser concluída era a Substituição do Relvado Sintético do Campo do Ginásio Clube de Tavira que estava concluída e a renovação de toda a infraestrutura de iluminação. -----

--- Estava certo de que até ao final do corrente ano, até às eleições, as empreitadas que tinham iriam estar concluídas ou muito avançadas de modo que tudo pudesse decorrer conforme o previsto. -----

--- Não podiam esquecer que quando tinham aprovado o ato previsional dos procedimentos concursais para a admissão de pessoal, o que acontecia em cada assembleia municipal de dezembro, e a assunção de novas competências por parte do Município obrigavam a que tivesse quadros qualificados para tal, pelo que todos aqueles procedimentos tinham sido realizados ao longo do ano com a admissão de novos trabalhadores, o que, de forma especial, era algo que tinha de ser bem relacionado. -----

--- Concluiu dizendo que independentemente de tudo não podia deixar de mencionar o que considerava de maior importância que era a redução da dívida de médio e longo prazo do Município que, naquele momento, estava com um valor inferior aos cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00). -----

--- Terminou referindo que pensava estarem no bom caminho, estando criadas as condições para que aquele mandato terminasse bem e para que o Executivo Municipal seguinte pudesse trabalhar de forma sustentada para o desenvolvimento da cidade e todo o concelho de Tavira. ----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começando pela intervenção do Deputado Municipal José Graça disse que obviamente agradecia e esclarecia que a parte da eletrificação do Ginásio Clube de Tavira não tinha ainda sido realizada, contudo já tinham o projeto adjudicado. -----

--- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Artur Gomes queria dizer que à data em que era elaborada a Prestação de Contas o boletim mais recente era o de dezembro. Existia sempre um atraso já que o boletim era publicado por trimestres sendo que por vezes em março

ou início de abril quando estavam a fazer o documento, ainda não estava publicado o último trimestre. Aquele era apenas um enquadramento legal. -----

--- Dizerem que elogiavam, que era muito transparente e depois retiravam umas frases do contexto e desinformavam, fazia parte e quanto àquilo nada queria dizer, sendo óbvio que tinham recebido mais cento e cinquenta (150) funcionários pelo que a despesa corrente tinha vindo a aumentar. -----

--- Por outro lado, se existia inflação, se tinha havido aumento do custo dos combustíveis, esses custos também se refletiam na Câmara Municipal que tinha viaturas que faziam quilómetros para transportar alunos. As refeições escolares também sofriam aumentos sendo que o contrato também era atualizado à inflação tal como se verificava com os contratos da Taviraverde. As últimas inflações não tinham sido propriamente pequenas, pelo que era óbvio que cada vez existia mais despesa corrente. -----

--- Queria dizer que, relativamente ao que tinha sido dito, quanto às despesas de capital referiam-se às obras nos termos das correções que tinham sido efetuadas ao Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas - SNC-AP. -----

--- Tinha aproveitado para esclarecer, mas tinha pedido a palavra para dizer que se tratava de um documento técnico que, obviamente, dependia do Município, mas como certamente todos tinham reparado, no ano anterior, na Certificação Legal das Contas pelo Revisor Oficial de Contas, constavam algumas reservas que estavam relacionadas com o património, intervenções que tinham sido realizadas e que não tinham passado para o imobilizado do Município. Tinha sido feito um enorme esforço mas tinham passado uma parte significativa pelo que a Reserva tinha deixado de existir. Assim, queria agradecer aos técnicos do Município que tinham trabalhado durante aquele ano para que tal acontecesse. -----

--- Também existia outra Reserva que estava relacionada com as rendas da concessão da E-REDES, pelo que também queria enaltecer o trabalho técnico por parte da Divisão Financeira do Município e da secção de Património. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que apenas queria questionar relativamente aos investimentos em curso por parte da Taviraverde, quer na margem esquerda, como na direita, se as obras que estavam a ser efetuadas naquele momento iam ser integradas em património municipal após a sua conclusão. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que se tratando de condutas, que eram domínio público, seriam integradas. -----

--- **Verificando não existirem pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Proposta 92/2025 – Prestação de Contas de 2024, tendo esta sido aprovada



por maioria com quinze votos a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carlos Sousa, David Martins, Elsa Martins, Emílio Campos, Jorge Silva, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Mateus Costa, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Maria Margarida Flores, Nuno Mateus e Virgílio Horta, onze votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Elsa Ribeiro, Jorge Cruz, Jorge Corvo, Muriel Dias Neto, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Silvino Oliveira e Sónia Tomás e uma abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Henrique Santos. -----

--- O Deputado Municipal Artur Gomes informou que a Bancada do PSD iria apresentar declaração de voto, que se encontra em anexo à presente ata como documento número quatro (4).-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que iam passar ao período de intervenção do público, cedendo a palavra ao Munícipe Bruno Miguel Martins Luz cujo assunto era o Estatuto de Dirigente Sindical. -----

--- O Munícipe Bruno Luz cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores e os deputados municipais. -----

--- Disse que, porque ainda não tinham tido ocasião de o fazer, queriam agradecer publicamente à Câmara Municipal de Tavira a disponibilidade que tinha tido para receber uma iniciativa, o 50.º Aniversário do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. Tinha sido uma muito boa iniciativa sendo as primeiras comemorações a acontecerem em Tavira. -----

--- Estava ali em representação do STAL e queria afirmar de modo que não restassem dúvidas que naquele Sindicato cabiam todos os que pretendessem ajudar a crescer o Sindicato, a defender os trabalhadores, independentemente de convicções partidárias pois era um espaço unitário em que deviam de estar todos. -----

--- O assunto que ali o levava era o Estatuto de Dirigente Sindical, particularmente Elsa Ribeiro que estava sentada na Bancada do PSD, que independentemente daquele facto, sendo uma Dirigente Sindical, cabia-lhes defendê-la sempre que ela tivesse razão em cumprimento do que estava estabelecido na Lei de Trabalho em Funções Públicas e a Câmara Municipal. -----

--- Consideravam que seria por algum equívoco, como era sabido, o processo de mobilidade daquela trabalhadora para outra Unidade. Eram invocados os artigos 94.º e 95.º da Lei de Trabalho em Funções Públicas bem como o ponto dois (2) do artigo 318.º da mesma Lei. Pensavam que a Lei não podia ser lida de forma enfiada ou abstrata porque olhando para os artigos, nas alíneas que a Câmara Municipal referia, sendo certo que podiam proceder à mobilidade de um trabalhador sem que o mesmo autorizasse e não tinham quaisquer dúvidas que quem mandava na Câmara Municipal era a Câmara Municipal, no que dizia respeito aos dirigentes



sindicais, pensavam que não era assim tão direto porque a legislação também estabelecia regras a serem seguidas, não existindo uma norma legal na posição da Câmara Municipal que se aplicasse à totalidade dos trabalhadores. Nos artigos 94.º e 95.º estava excluída e existia a possibilidade de procederem à mobilidade de um trabalhador para outra Divisão ou Unidade sem que o mesmo autorizasse, contudo no ponto dois (2) do artigo 318.º tal apenas se podia verificar se a Unidade ou a totalidade dos trabalhadores mudassem de local. Considerava que não podiam apenas olhar para o número dois (2) do artigo 318.º, sendo que a Câmara Municipal estava a analisar de forma abstrata, filosófica e a legislação não era para ser interpretada da forma que mais convinha a cada um, pelo que passava a ler o ponto um (1) do artigo 318.º : “ *Os trabalhadores eleitos para as estruturas de representação coletiva, bem como na situação de candidatos, até dois anos após o fim do respetivo mandato, não podem ser mudados de local de trabalho sem o seu acordo expresso e sem audição da estrutura a que pertencem*”, pelo que, o que lhes parecia e afirmavam-no ali, era que a Câmara Municipal estava a cometer uma ilegalidade porque se baseassem apenas no ponto dois (2), como estavam a fazer, estavam a subverter o que era a proteção a dirigentes, delegados ou qualquer outro eleito de representação coletiva. Certamente que tinham de olhar para o ponto dois (2), porém, primeiramente tinham de verificar o que dizia o ponto um (1).-----

--- Para concluir disse que a Câmara Municipal tinha todas as condições para reverter aquele processo, que deveria de fazer o mais brevemente possível, porque caso não se verificasse certamente que o STAL iria denunciar o sucedido sendo que o processo correria todos os seus tramites e eles apoiariam aquela trabalhadora, que era Dirigente Sindical, no que fosse a sua decisão, quer fosse no sentido de acatar a ordem ou não, porque não lhe podia ser vedado o acesso ao local de trabalho, que a acontecer, tomariam as devidas diligências para que não acontecesse e apoiariam a trabalhadora na sua decisão mesmo que pretendesse seguir com o processo para Tribunal. -----

--- Terminou reiterando que a Câmara Municipal deveria de reverter de imediato aquele processo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Munícipe e disse que, primeiramente gostava de tentar perceber qual era o objetivo de estarem ali, se seria o de mostrar à Dirigente Sindical que o Sindicato a apoiava ou de pressionar de algum modo a Câmara Municipal. -----

--- Continuou dizendo, que ela soubesse, a gestão do pessoal era uma competência própria do Presidente da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal, que podia ser delegada na Vereadora do Pelouro, portanto, considerava que não seria o local certo para resolver a questão, mas antes junto da Presidente da Câmara Municipal e da Vereadora com o Pelouro Delegado. -----



--- Acrescentou que lhe parecia não ter havido troca de correspondência, esclarecimentos ou entendimentos entre a Câmara Municipal e o Sindicato relativamente àquela questão.-----

--- Considerava que tinha lido a parte do artigo que lhe interessava, mas tinha-se esquecido de ler a parte da justificação da Câmara Municipal, o que tinha respondido, pois era sabido que a trabalhadora tinha manifestado à Vereadora a vontade de alterar o local de trabalho. Reiterava que aquele não era o local adequado para tratar a questão, por vários motivos, até porque tinha de ser apreciada à data em que tinha sido entendido fazer o Despacho para outro serviço, que também era da Câmara Municipal, pelo que o local de trabalho não se alterava, era em Tavira, mudando apenas a Unidade Orgânica.-----

--- Pensava que era bom que defendessem os trabalhadores do Sindicato, sendo que, quando a Câmara Municipal tomava posições e as defendiam também tentavam ter o devido enquadramento legal.-----

--- Não tinha total conhecimento da situação mas estava disponível para falarem ou, se preferissem, poderiam colocar por escrito que responderiam reiterando a posição que tinham porque, como já tinha dito, quem tinha o Pelouro era a Vereadora sendo quem tinha decidido sobre o assunto. Obviamente que ela tinha conhecimento e não tinha de cabeça todos os artigos referidos, no entanto estava disponível para terem outra reunião pois não lhe parecia que aquele fosse o local indicado. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que pensava que a Presidente da Câmara Municipal já tinha respondido a tudo, sendo que seria uma questão de marcar uma reunião.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura da Ata em Minuta que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- Agradeceu a todos, Presidente da Câmara Municipal, vereadores, deputados municipais, publico presente e o que estava a assistir através das redes sociais. -----

--- Deu um agradecimento especial aos funcionários da Biblioteca Municipal, aos técnicos que estavam a fazer com que os munícipes estivessem a assistir não estando presentes, e aos serviços de apoio.-----

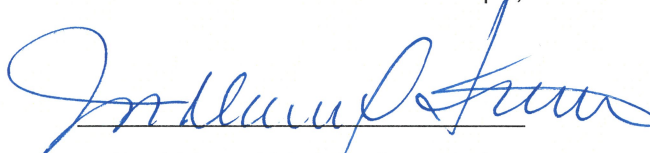
--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondendo a uma questão anteriormente abordada pela Deputada Municipal Ana Rita Pacheco procedeu à leitura da explicação que lhe tinham enviada relativamente ao facto de o vídeo da Assembleia Municipal não estar acessível: *“O “Facebook está a implementar uma alteração à sua política de armazenamento de vídeos do Facebook live. A partir de 19 de fevereiro os vídeos do Facebook vão ser retidos durante 30 dias por pré definição na tua página ou no teu perfil durante os quais podes ver, eliminar ou descarregar o vídeo. Após*

30 dias vais deixar de poder aceder aos teus vídeos em diretos e estes vão ser automaticamente removidos da tua página e eliminados dos servidores".-----

--- Concluiu dizendo que aquela política se tinha iniciado no dia 19 de fevereiro pelo que já tinha apanhado a Assembleia Municipal de fevereiro e, possivelmente iria acontecer com outras. -----

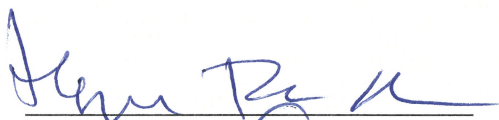
--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

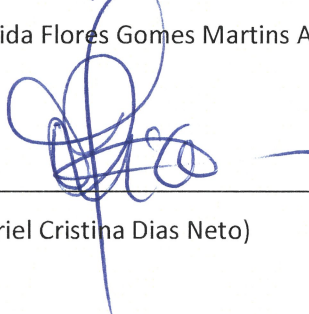


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Muriel Cristina Dias Neto)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento do Papa Francisco

Francisco (em latim: *Franciscus*), sacerdote jesuíta, nascido Jorge Mario Bergoglio em Buenos Aires (Argentina) em 17 de dezembro de 1936, faleceu no dia 21 de abril de 2025 na Cidade do Vaticano foi o 266.º Papa da Igreja Católica, Bispo de Roma e Soberano da Cidade do Vaticano de 13 de março de 2013 até a data da sua morte.

Foi o primeiro membro da Companhia de Jesus (Jesuítas) a tornar-se Bispo de Roma, o primeiro nascido nas Américas e no Hemisfério Sul, bem como o primeiro pontífice não nascido na Europa em mais de 1 200 anos e o primeiro papa a utilizar o nome de Francisco.

Tornou-se arcebispo de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e foi elevado ao cardinalato em 21 de fevereiro de 2001 — véspera da festa da Cátedra de São Pedro — com o título de Cardeal-presbítero de São Roberto Belarmino, por São João Paulo II. Foi eleito papa em 13 de março de 2013, sucedendo ao Papa Bento XVI, que havia resignado.

Ao longo de sua vida pública, o Papa Francisco destacou-se por sua humildade, preocupação com os pobres e compromisso com o diálogo inter-religioso. Francisco teve uma abordagem menos formal ao papado do que seus antecessores, tendo escolhido residir na casa de hóspedes Domus Sanctae Marthae, em vez de nos aposentos papais do Palácio Apostólico usados por papas anteriores.

Sustentando uma Igreja mais aberta e inclusiva e a justiça social como princípio básico de intervenção, deu especial atenção aos fenómenos das migrações e da pobreza, defendeu os mais desfavorecidos e as minorias, concedendo especial atenção aos conflitos bélicos, aos desastres naturais e às suas consequência humanitárias.

A nível interno, combateu os luxos clericais e deu ênfase ao combate de abusos sexuais por membros do clero católico, tornando obrigatórias as denúncias e responsabilizando quem as omite, levando a adoção de medidas preventivas e reparativas nas generalidade das Igrejas e Movimentos Cristãos.



Desde a primeira hora fez da palavra a sua arma principal de comunicação, através de quatro encíclicas marcantes para os tempos modernos: *Lumen fidei* (Luz da Fé), assinada em 29 de junho de 2013, publicada em 5 de julho de 2013, a qual havia sido iniciada pelo seu antecessor, Bento XVI.



Laudato si' (Louvado Seja), publicada em 18 de junho de 2015, onde apela ao cuidado da Casa Comum, à ação contra o aquecimento global e a degradação ambiental, *Fratelli tutti* (Todos irmãos – sobre a fraternidade e a amizade social) e *Dilexit nos* (Amou-nos – sobre o Amor humano e divino do coração de Jesus) foram as outras três, sempre recebidas com grande expectativa pela Sociedade.

Deixou-nos ainda mais quatro exortações apostólicas e seis cartas apostólicas (*motu proprio*), bem como um conjunto notável de intervenções nas várias Jornadas Mundiais da Juventude a que presidiu, atualizando e enriquecendo a doutrina católica.

Demonstrou de forma muito especial o seu apreço por Portugal nos dois momentos em que nos visitou, por ocasião do Centenário das Aparições de Fátima e da beatificação dos Pastorinhos (2017) e na Jornada Mundial da Juventude de Lisboa (2023), na qual um conjunto alargado de membros da Comunidade Paroquial de Tavira empenhou-se particularmente com o acolhimento de centenas de jovens vindos das periferias do Mundo nos dias que antecederam as celebrações em Lisboa.

Neste sentido, identificando-se com o sentimento profundo de reconhecimento dos Tavirenses pela vida e obra do Papa Francisco, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de abril de 2025, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte do papa Francisco, nascido Jorge Mario Bergoglio.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à Nunciatura Apostólica de Lisboa, à Diocese do Algarve e à Comunidade Paroquial de Tavira, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira; e,
3. Enviar aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Os Grupos Parlamentares,

**Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA****MOÇÃO****DRAGAGENS NA BARRA E CANAIS DE NAVEGAÇÃO DE TAVIRA**

O acesso e a navegabilidade da barra de Tavira, dos portos e dos canais de navegação do concelho de Tavira são uma exigência para a segurança dos nossos profissionais da pesca de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira e de todas as pessoas, muitas delas jovens, que praticam náutica de recreio, fomentando o desporto e o turismo náutico no nosso concelho.

São atividades essenciais para o nosso concelho, que devem ser levadas a efeito com todas as condições de segurança e de navegabilidade.

Este trabalho de dragagens ou limpezas de canais, assegurando as cotas necessárias e adequadas para a navegabilidade em segurança é competência estrita do Governo, através da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e não das autarquias locais como, de forma errónea, se vem afirmando.

Esta necessidade, tem vindo a ser solicitada pela nossa Presidente da Câmara Municipal de Tavira e por outros autarcas da região com frentes ribeirinhas ou parques naturais, como é o Parque Natural da Ria Formosa.

E em resposta afirmativa, no anterior governo, o Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2023, de 21 de agosto, autorizou a DGRM a contratualizar trabalhos de dragagens de manutenção para o período 2023-2026 nos portos de pesca e de náutica de recreio do Algarve, no valor de cerca de sete milhões de euros, acrescidos de IVA, cuja operacionalidade ficou definido num plano de dragagens aprovado para os citados anos.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

O Governo anterior caiu no último trimestre de 2023.

O atual Governo já tem mais de um ano de exercício de funções.

O que se passa hoje é que nada se fez. Nada aconteceu. O perigo aumentou e atingiu patamares inadmissíveis. As obras de desassoreamento da barra e dos canais de Tavira são mais que urgentes. A barra de Tavira está completamente assoreada, está em seco e tem uma praia no interior da barra. Os canais de navegação estão cheios de areia.

Isso é inadmissível.

As decisões do anterior Governo de alocar sete milhões de euros para um plano de dragagens na Ria Formosa e lançar as obras não foram cumpridas por parte do atual Governo, que nada fez, nada faz neste sentido ou manda fazer a obra por parte da DGRM.

É o abandono total do Algarve, da Ria Formosa e dos canais de navegação do concelho de Tavira.

Aguarda o Governo que aconteça alguma desgraça em termos perda de vidas para fazerem alguma coisa ? Ou que a navegação seja completamente impossível no concelho de Tavira por não ter cota de água que permita a navegação ? É pelo abandono que o Governo vê o Algarve ?

A Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 29 de abril, delibera:

1. Aprovar moção manifestando ao Governo o seu descontentamento pela não existência das obras de desassoreamento, de sua responsabilidade, da barra de Tavira, dos portos e dos canais de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira até ao dia de hoje;
2. Instar o Governo a fazer o que lhe compete, lançar a obra que urge e que é mais que urgente em termos de segurança e de navegabilidade no concelho de Tavira.
3. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta aos Senhores Presidente da República e Primeiro-Ministro, ministros das Infraestruturas e Habitação, Economia e Agricultura e Pescas, Diretor-Geral da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos; Diretor Regional do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e Presidente da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa e, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, às juntas das Freguesias e Uniões de Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago), Conceição e Cabanas de Tavira, Santa Luzia e Luz de Tavira e Santo Estêvão e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Assunto: Pedido de informação por escrito dos estatutos e atas de assembleias gerais da EMPET – Parques Empresariais de Tavira, E.M..

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Vimos pela presente, solicitar por escrito, ao abrigo da alínea i), ponto 1, artigo 23.º, do Regimento da Assembleia Municipal cópia dos estatutos e de todas as atas das assembleias gerais da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., realizadas desde 2010 até à presente data.

Tavira, 29 de abril de 2025

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



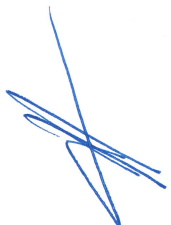
Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Assembleia Municipal de Tavira dia 29 de abril 2025
Proposta nº 92/2025/CM – Prestação de contas de 2024

Declaração de Voto

Após análise da Proposta n.º 92/2025/CM, referente à Prestação de contas de 2024, consideramos o seguinte:

- a) A proposta n.º 92/2025/CM, relativa à Prestação de Contas de 2024, tem como base um documento técnico bem estruturado e elaborado, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto a ausência de demonstrações financeiras aprovadas da empresa Empet, EM – sociedade em liquidação, referente aos anos 2021, 2022, 2023 e 2024, tal como consta no Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras (Certificação Legal de Contas);
- b) À semelhança do ano transato, sublinha-se o rigor do documento na apresentação da informação;
- c) Não obstante não se levantar dúvidas sobre questões técnicas do documento, manifestamos, no entanto, reservas à execução política que esteve na sua base, sobretudo porque a execução da despesa total diminui relativamente ao ano anterior, situando-se nos 68,25%, e a execução da despesa de capital volta a ficar, uma vez mais, abaixo dos 50%, (42,34%) o que continua a revelar incapacidade de investimento no nosso concelho, com prejuízo para a vida dos munícipes e para o desenvolvimento socioeconómico do nosso concelho;
- d) A redução do saldo de gerência em cerca de 2,8 milhões de euros (total €20.286.286), face a 2023, não é resultado de maior investimento no concelho, uma vez que provém da redução da receita cobrada e do aumento das despesas correntes;
- e) O Saldo de Gerência representa 35,82% das receitas, imediatamente atrás das Recitas Fiscais com uma representatividade de 37,69%.
- f) O Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras declara **opiniões com reservas**, da qual se destaca a preocupação que, exaustivamente e reiteradamente, temos vindo a manifestar relativamente à EMPET, situação que se tem vindo a arrastar de forma irresponsável e que urge uma resolução:



“Não foram obtidas as demonstrações financeiras aprovadas da empresa municipal Empet, EM - sociedade em liquidação, referente aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. A última informação obtida, indica a existência de processos judiciais que transitam do passado, com decisão desfavorável para a Empet, EM. Por outro lado, a sociedade encontra-se em processo de liquidação, não tendo sido obtidos elementos que permitam concluir sobre a suficiência dos seus ativos para liquidação dos passivos e das eventuais responsabilidades que lhes sejam imputadas. Neste sentido, não nos é possível pronunciar sobre a necessidade de constituição de eventuais provisões.”

- g) De realçar que a última informação a que se teve acesso sobre as Contas da EMPET datam de 2019, onde se destaca o seguinte:
- No relatório são referidas dívidas a fornecedores e outras contas a pagar que totalizam € 2.946.874;
 - São também referidas despesas com ações administrativas em contencioso (cujo desfecho se desconhece e que poderá traduzir-se em custos significativos), sendo que sublinhamos o seguinte ponto que consta na Informação Técnica n.º 6509/2000 – Apreciação ao relatório de contas da EMPET – 2019:
“São referidas 2 ações administrativas em contencioso, sendo que em relação à acção administrativa que envolve o consórcio empreiteiro ABB/DST em 2ª instância a EMPET foi condenada a pagar € 5.667.370,69 (com encargos financeiros incluídos), sendo certo que a EMPET apenas tem reconhecido nas suas contas os valores referidos no ponto anterior e que totalizam €2.819.931, ou seja, há cerca de 3 milhões de euros que não se encontram reflectidos nas demonstrações financeiras da empresa, e que deveriam estar, na minha opinião, provisionados”.
- h) Em 2024 verificou-se um aumento de 27,50% (1.204.535€) nas transferências correntes e subsídios para as empresas públicas municipais e intermunicipais;
- i) Manifestamos preocupação quanto à sustentabilidade do aumento da despesa corrente, com um crescimento de 14,61% em 2024, face ao ano anterior, representando 82,56% das despesas totais, ultrapassando pela primeira vez a fasquia dos 80%;
- j) O saldo corrente face às receitas correntes sofreu uma erosão substancial em relação ao ano anterior, passou de 19,74% em 2023 para 7,65% em 2024.

Face aos pontos indicados, não podemos concordar com a presente proposta de orçamento e apresentamos a presente Declaração de Voto Contra, relativamente à Proposta n.º 92/2025/CM – Prestação de contas de 2024.

Tavira, 29 de abril de 2025

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)